

A Participação Jovem nas Eleições Autárquicas Portuguesas

Bruno Miguel Gamito Pereira

**Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações
Internacionais**

novembro, 2024

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, especialidade de Ciência Política realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Marco Lisi e coorientação do Professor Doutor João Cancela

*“Não sou nada.
Nunca serei nada.
Não posso querer ser nada.
À parte isso, tenho em mim todos os sonhos do mundo.”*

Fernando Pessoa

Agradecimentos

Em primeiro lugar, gostaria de expressar a minha profunda gratidão aos meus orientadores, o Professor Doutor Marco Lisi e o Professor Doutor João Cancela, por toda a atenção, apoio e dedicação durante a realização desta dissertação. A sua orientação foi indispensável, especialmente nas últimas semanas – sempre as mais exigentes –, em que a presença e a ajuda de ambos tornaram o processo mais sereno e realizável. Não poderia sentir mais orgulho em contar com o apoio de dois grandes nomes da ciência política portuguesa na minha investigação.

Quero também deixar um agradecimento especial à Andreia, que acreditou em mim desde o primeiro momento em que decidi embarcar nesta aventura. Em cada momento de dúvida, esteve sempre presente, apoiando-me e incentivando-me a seguir em frente. Sei que estás tão orgulhosa e aliviada como eu com a entrega deste trabalho.

À minha família e amigos, que sempre me deixaram claro que podia contar com eles para tudo o que fosse necessário. Nos momentos mais desafiantes, ofereceram-me não só apoio, mas também momentos de descontração – nos cafés, jantares e saídas, que me ajudaram a manter a calma e o equilíbrio ao longo deste percurso.

Por fim, um aperto de mão muito firme a uma pessoa que será sempre muito importante para mim, um exemplo de Homem, de ser humano e de família. E um beijinho à minha avó “velhinha” que sempre me contagiou com a sua energia e com os pratos maravilhosos de vitela.

A PARTICIPAÇÃO JOVEM NAS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS PORTUGUESAS

Bruno Miguel Gamito Pereira

Palavras-chave

Abstenção; Participação eleitoral; Eleições autárquicas; *Focus group*; Jovens; Participação política; Portugal.

Keywords

Abstention; Electoral turnout; *Focus group*; Local elections; Political participation; Portugal; Youth.

Resumo

A opinião dos autores é unânime quando defendem que a participação política promove os valores democráticos e a representatividade. Desde há algumas décadas, a participação política apresenta níveis baixos, nomeadamente na faixa etária jovem, o que pode colocar em risco a democracia. A nível autárquico os estudos sobre a participação dos jovens são muito reduzidos e com pouca profundidade. A seguinte dissertação foca-se na participação política dos jovens entre os 18 e 30 anos nas eleições autárquicas portuguesas, de forma a entender o comportamento político dos mesmos.

A escolha de *focus groups* como metodologia revelou-se decisiva para compreender o pensamento dos jovens em relação à participação política nas eleições autárquicas. Nestas sessões os participantes puderam partilhar opiniões e experiências de forma aberta, através das quais foram identificadas as suas principais preocupações, bem como os problemas e possíveis soluções relacionadas com a participação jovem nas eleições autárquicas portuguesas.

Através da utilização de *focus groups*, esta investigação acrescenta uma compreensão qualitativa inédita sobre os fatores que influenciam a participação política dos jovens nas eleições autárquicas. Ao contrário de estudos anteriores que apenas quantificaram os índices de participação, os *focus groups* proporcionaram uma análise aprofundada da relação complexa dos jovens com as instituições locais.

Uma das principais descobertas deste estudo foi a identificação de um sentimento comum de desvalorização, em que os jovens consideram que as suas preocupações são frequentemente ignoradas pelas autarquias. A metodologia revelou novos elementos, como a necessidade de uma adaptação na comunicação dos políticos locais para torná-la mais interativa nas redes sociais e de um reforço na educação cívica, com o objetivo de melhorar o entendimento dos jovens sobre o sistema político local.

Os *focus groups* evidenciaram, assim, que a falta de contacto direto (distanciamento) e a perceção de ineficácia nas decisões autárquicas continuam a ser barreiras significativas, algo que a literatura quantitativa ainda não tinha explorado com profundidade.

Abstract

The authors' opinion is unanimous when they argue that political participation promotes democratic values and representativeness. For some decades, political participation has been at low levels, especially among the young age group, which may jeopardize democracy. At the local level, studies on youth participation are very limited and lack depth. The following dissertation focuses on the political participation of young people between 18 and 30 years old in Portuguese local elections, aiming to understand the underlying factors behind this trend.

The choice of focus groups as a methodology proved to be pivotal in understanding young people's perspectives on political participation in local elections. In these sessions, participants were able to share their opinions and experiences openly, which allowed for the identification of their main concerns, as well as the problems and potential solutions related to youth participation in Portuguese local elections.

With focus groups, this research provides unprecedented qualitative insight into the factors that influence youth participation in Portuguese local elections. Unlike

previous studies that only quantified participation rates, focus groups enabled an in-depth analysis of young people's complex relationship with local institutions.

One of the main findings of this study was the identification of a common sentiment of underappreciation, with young people feeling that their concerns are often overlooked by local authorities. The methodology uncovered new elements, such as the need for local politicians to adapt their communication strategies to be more interactive on social media, and the importance of strengthening civic education to improve young people's understanding of the local political system.

Focus groups thus highlighted that a lack of direct contact (distance) and a perceived ineffectiveness of local government decisions remain significant barriers, something that quantitative literature has not yet explored in depth.

Índice

Agradecimentos	1
Introdução	7
1. Conceitos e teorias.....	13
1.1. Participação política.....	13
1.2. Participação eleitoral.....	17
1.3. Participação política jovem: perspectivas teóricas	19
1.3.1. As diferentes formas de participação política	21
1.3.2. A emergência do mundo digital na participação política	24
1.3.3. A desvalorização das vozes dos jovens	26
1.3.4. Obstáculos à participação	27
1.4. Participação jovem em diferentes contextos europeus	29
1.5. A importância das eleições autárquicas.....	33
2. A participação política: o caso português	36
2.1. Evolução da participação em Portugal.....	36
2.2. O que sabemos sobre juventude e participação	40
2.3. As eleições autárquicas portuguesas	43
3. Objetivos, perguntas, metodologia e perfil dos participantes.....	47
4. Análise e resultados	54
4.1. O desinteresse e as preocupações dos jovens face à política atual	54
4.2. Problemas das autarquias locais.....	56
4.2.1. Crise de mobilidade e excesso de zonas habitacionais	57
4.2.2. “Clientelismo” no governo local	58
4.2.3. Falência dos serviços públicos	60
4.2.4. Nota positiva para os órgãos autárquicos	61
4.3. O papel e a importância das eleições autárquicas	62
4.3.1 As primeiras experiências vazias dos jovens.....	63
4.4. O (des)interesse dos jovens nas eleições autárquicas	64
4.4.1. Visão esperançosa da participação jovem	64
4.4.2. As barreiras enfrentadas pelos jovens	65
4.4.3. Visões ambíguas sobre o (des)interesse jovem	66
4.5. Propostas eleitorais para o aumento da participação jovem	67
4.5.1. Influência da escola como agente informativo e educativo	67
4.5.2. Proximidade às funções dos órgãos autárquicos	68

4.5.3. Aposta nas redes sociais	70
Conclusão	72
Referências	76
Lista de figuras	88
Lista de tabelas	88
Anexo I - Guião utilizado nos <i>focus group</i>	89
Anexo II - Cartaz de partilha	90
Anexo III - Descrição detalhada da constituição dos grupos	91

Introdução

A participação política é considerada um pilar fundamental para o bom funcionamento da democracia representativa por diversos teóricos democráticos, desde as perspectivas visionárias de Jean-Jacques Rousseau na sua obra *Do contrato social ou princípios do direito político* (2023) até às contribuições contemporâneas de David Held, em *Modelos de democracia* (2007). Todos estes autores dedicaram a sua atenção ao estudo das dinâmicas que influenciam a participação dos cidadãos nos processos eleitorais e noutras formas de envolvimento político (Norris, 2003, p. 22). Esta área de estudo é particularmente relevante nas sociedades democráticas, onde a representação e a tomada de decisões dependem diretamente da participação ativa dos cidadãos.

A participação política é um elemento crítico para a vitalidade, a longo prazo, de qualquer sistema democrático, traduzindo-se também na capacidade dos cidadãos de exercer a sua vontade, através da escolha de representantes e da influência direta sobre decisões que impactam o destino da sociedade. (Willeck & Mendelberg, 2022, p. 91). No entanto, é importante ir além do caráter formal das eleições e considerar a sua dimensão conceptual e a função prática que desempenham nas instituições. Através do ato eleitoral, estabelecem-se os órgãos representativos que dão corpo e legitimidade à democracia. Este processo de transferência de poder lembra-nos que os eleitos exercem uma autoridade que não é sua, mas sim confiada pela coletividade, de forma temporária e em condições de igualdade (Martins, 2008, p. 42).

Apesar deste papel decisivo, a participação política dos cidadãos tem vindo a diminuir em muitas sociedades contemporâneas, manifestando-se de diversas formas, desde a apatia eleitoral até ao declínio da militância partidária. Paralelamente, observa-se, em muitos casos, uma desconexão entre os cidadãos e os processos políticos, o que levanta questões sobre as barreiras que impedem o envolvimento ativo (Marques, 2018).

A participação eleitoral é decisiva para o desenvolvimento e fortalecimento das sociedades democráticas. Ao compreender os fatores que influenciam a participação, podemos abordar questões relacionadas com a representatividade e legitimidade do sistema político. A participação eleitoral é a expressão direta da vontade popular, e por isso, estudar a participação ajuda a garantir a legitimidade das instituições democráticas,

assegurando que os representantes sejam eleitos com o apoio efetivo dos cidadãos (Franklin, 1996).

A análise da participação eleitoral permite identificar desigualdades de representação, destacando os grupos que não se sentem representados e que exigem máxima atenção através da formulação de estratégias de incentivo ao envolvimento político. Contudo, deve-se primeiro compreender os comportamentos e identificar as barreiras que levam certos grupos demográficos a participar menos, seja através de desigualdades socioeconómicas ou falta de representação, como referido anteriormente (Franklin, 1996). O estudo da participação eleitoral é essencial para a formulação de políticas públicas eficazes, que têm como principal objetivo aumentar a participação e, consequentemente, alimentar os mecanismos democráticos.

Uma das principais preocupações desta investigação é a grave crise de participação política, observada tanto em Portugal como em diversas democracias contemporâneas. Em ambos os contextos, assiste-se a um declínio nas taxas de participação eleitoral e a um aumento da abstenção, fatores que desafiam a legitimidade dos processos democráticos e afetam a saúde e a estabilidade das próprias democracias (Siaroff, 2009, p. 41). Embora esta tendência seja observada em várias democracias e em diferentes tipos de eleições — legislativas, presidenciais, locais e europeias —, o foco desta investigação é direcionado para as eleições autárquicas portuguesas.

Neste sentido, as eleições autárquicas são o objeto de estudo, especialmente devido ao interesse de aprofundar mais a sua análise no âmbito da Ciência Política. Assim, a compreensão das dinâmicas que envolvem a participação ativa dos cidadãos e abstenção eleitoral emerge como um elemento significativo para a avaliação da eficácia e estabilidade do sistema representativo a nível local (Lowndes et al., 2006, p. 539).

A análise a nível autárquico é muito relevante, uma vez que o poder local representa a base da organização política e administrativa, e a ponte com o parlamento nacional, estando em contacto próximo com a vida quotidiana dos cidadãos (Wilson, 2000, p. 53). Nas autarquias, são delineadas políticas que têm impactos imediatos e tangíveis na qualidade de vida das pessoas, abrangendo questões como os serviços locais, educação, saúde, planeamento urbano, entre outras. Portanto, a participação ativa dos cidadãos nas eleições autárquicas reflete não apenas a sua confiança no sistema

democrático, mas também o grau de envolvimento e responsabilidade que atribuem aos representantes locais (Grant & Devas, 2002).

O tema da presente dissertação é motivado pela importância intrínseca que as eleições autárquicas possuem no contexto do sistema político português. A descentralização do poder para as autarquias representa um pilar essencial na estrutura democrática do país (Almeida, 2022), tornando imperativa uma análise aprofundada dos fatores que influenciam a participação política. Além disso, a esfera local desempenha um papel importante no recrutamento de representantes a nível nacional, servindo como um passo significativo na trajetória da elite política.

A proximidade entre os cidadãos e os governantes é um fator a considerar que distingue as eleições locais em comparação com as eleições nacionais, visto que permitem uma experiência mais direta e palpável da democracia (Hansen, 1975). Nas eleições locais, os cidadãos podem, possivelmente, estar mais dispostos a obter um conhecimento detalhado sobre os candidatos, dada a dimensão menor das comunidades envolvidas. Assim, os eleitores avaliam de forma perceptível a adequação dos candidatos às necessidades específicas das suas regiões. Consequentemente, a interação mais próxima entre os eleitores e governantes favorece a responsabilização dos representantes perante a população (Almeida, 2015).

No mesmo sentido, enquanto as eleições nacionais tendem a focar-se mais em questões de escala mais ampla, como políticas macroeconómicas, relações internacionais e grandes estratégias governamentais, as autárquicas concentram-se em desafios e oportunidades que são intrinsecamente ligados ao contexto local (Baybeck, 2014). A arena de representação local oferece uma plataforma específica para abordar questões que podem ser negligenciadas nas eleições nacionais (Hajnal & Lewis, 2003, p. 646), mas que se tornam centrais, como por exemplo a gestão do espaço urbano, oferta de serviços públicos locais, o desenvolvimento económico a nível municipal, entre outros. Deste modo, os eleitores estão mais conscientes do impacto direto das políticas locais nas suas vidas e, por isso, sentem a necessidade de participar ativamente nas eleições locais para influenciar diretamente a qualidade de vida das suas comunidades (Lowndes & et al. 2006, p. 540).

Ao participar ativamente nas eleições locais, os eleitores têm a oportunidade de votar nos seus representantes, como também de contribuir para a construção e definição

da identidade e do destino da sua comunidade (Baybeck, 2014). Essa interação direta com o governo local cria um sentimento de pertença e responsabilidade, fortalecendo os laços comunitários e coletivos. Desta forma, os cidadãos consideram que as suas vozes importam, e que também são cruciais para moldar a direção da localidade em que residem, contribuindo para a formação de um tecido social coeso. A participação nas eleições locais também se estende para além do exercício de voto, uma vez que os eleitores também podem participar ativamente em discussões comunitárias, reuniões locais e iniciativas cívicas (McDonnell, 2020). Toda esta colaboração intensifica o sentimento de comunidade e reforça a ideia de que esta é uma entidade viva, que se transforma com a participação e contribuição dos seus membros.

Um dos principais grupos de membros da comunidade são os jovens, que representam o futuro, mas também o presente das suas comunidades. As suas perspetivas únicas e ideias inovadoras têm o potencial de revitalizar e transformar a política. Não obstante, é evidente que nem todos os jovens estão envolvidos de forma ativa e direta (Saud & Mashud, 2020, p. 801). Numa sociedade democrática, é imperativo que todas as camadas sociais sejam representadas. Ao envolverem-se na política, os jovens garantem que as suas preocupações, aspirações e desafios específicos sejam adequadamente considerados, possibilitando a implementação de políticas mais inclusivas. A participação política dos jovens não é apenas uma questão de representatividade, mas uma condição imperativa para qualquer democracia.

As autarquias locais são um dos mecanismos de descentralização do sistema político, porém o território português é fortemente centralizado. Ao estudar a participação nas eleições autárquicas portuguesas, podemos entender em que medida a tentativa de descentralização influencia o envolvimento dos cidadãos nas decisões políticas. Do mesmo modo, as decisões tomadas a nível local têm um impacto direto no quotidiano dos cidadãos, o que pode aumentar a relevância das eleições locais e influenciar os padrões de participação (Oliveira, 2021). Posto isto, a escolha deste tema visa preencher uma lacuna na compreensão da interação entre os cidadãos jovens e o processo eleitoral a nível local em Portugal. Neste sentido, esta análise sobre a participação nas eleições autárquicas permite aprofundar a compreensão de como a cultura democrática a nível local evoluiu (Freire, 2005, p. 819).

A dissertação está estruturada em cinco capítulos. No primeiro capítulo é apresentada uma breve revisão daquilo que foi proposto e apresentado por diversos

autores sobre o tema da participação política. Inicialmente, são definidos e discutidos os conceitos de participação política e participação eleitoral, recorrendo a teorias marcantes da Ciência Política. De seguida, são expostas as perspetivas teóricas que permitem explicar os fatores que influenciam o envolvimento político dos jovens, incluindo variáveis sociais, económicas e culturais. Complementarmente, são analisadas as formas de participação, juntamente com a emergência do mundo digital na participação política. Ainda neste capítulo, é analisado o sentimento de desvalorização dos jovens face ao sistema político, e as barreiras enfrentadas no contexto político, nomeadamente a desconfiança face às instituições, a falta de representatividade e a apatia política, proporcionando uma base teórica sólida para compreender os padrões de participação e abstenção entre os jovens. De seguida, são explorados os diferentes contextos europeus, destacando as semelhanças e contrastes. Ao comparar as experiências de outros países europeus, é possível identificar práticas e desafios comuns, enriquecendo a compreensão das dinâmicas específicas em Portugal.

No segundo capítulo, é abordada a participação política no contexto português, com uma análise específica da participação dos jovens. Em seguida, são descritas as características das eleições autárquicas em Portugal, ressaltando a sua importância no sistema político nacional. Neste contexto, também é examinado o papel histórico das autarquias na descentralização do poder, a autonomia local, as suas competências específicas e a relevância dessas instituições para o fortalecimento do poder local.

No terceiro capítulo, dá-se início à parte prática desta investigação, onde se justifica a escolha da metodologia e os principais objetivos do estudo. Optou-se pelo método de *focus group*, uma abordagem que se revela particularmente eficaz para explorar a participação dos jovens. Esta metodologia permite não só ouvir diretamente as vozes dos jovens, mas também compreender as suas perceções em relação à temática abordada.

No quarto capítulo, são apresentados os resultados obtidos nas sessões. Aqui, destacam-se temas centrais, como o (des)interesse dos jovens nas questões políticas, o papel que as eleições autárquicas desempenham no quotidiano, e as experiências pessoais em relação ao processo eleitoral. Além disso, serão discutidos os problemas identificados e as possíveis soluções para aumentar a participação dos jovens no futuro.

Por fim, a investigação termina com uma síntese das ideias principais, onde se sintetizam as conclusões mais relevantes e se reflete sobre as implicações das mesmas para o incentivo à participação jovem nas eleições autárquicas. A participação política dos jovens revela uma contradição interessante: embora muitos reconheçam a importância de se envolverem em processos democráticos e nas eleições autárquicas, uma parte considerável demonstra desinteresse pelos procedimentos eleitorais, evidenciando um desfasamento entre a teoria e a prática. As razões que justificam a (não)participação dos jovens podem ser agrupadas em três fatores principais: a desafeição, que surge da sensação de desconexão em relação à política e da crença de que as suas vozes não são valorizadas; a desconfiança, que resulta da perceção de que políticos e instituições priorizam interesses pessoais em detrimento das necessidades da juventude; e a desinformação, que se reflete na falta de acesso a informações claras sobre os processos eleitorais e as questões políticas, dificultando, assim, a capacidade de tomar decisões informadas. Para aumentar a participação política dos jovens a nível local, os *focus groups* sugeriram três soluções principais: reforçar a educação cívica nas escolas, adaptar a comunicação dos políticos e partidos às redes sociais e criar mecanismos de participação ativa, como orçamentos participativos e consultas públicas.

1. Conceitos e teorias

1.1. Participação política

As eleições desempenham um papel fundamental na representação da democracia pluralista, permitindo aos cidadãos elegerem os seus representantes através do voto. Esse processo eleitoral é essencial para garantir a participação política dos cidadãos, proporcionando-lhes a oportunidade de analisar e escolher entre uma variedade de interesses partidários complexos, decidindo quem será a sua voz no parlamento (Fontes & Terenas, 2014).

O exercício de voto é um dos elementos centrais da democracia, sendo através dele que os representantes são escolhidos para tomar decisões coletivas, seguindo regras e procedimentos institucionais e legislativos. Como afirma Blais (2010), “In a democracy, every citizen should have the right to express his or her views about what the government should do, should have the right to vote and to have a say about the selection of lawmakers, and should have the right to run as a candidate in elections if he or she so wishes” (p. 165). Uma democracia é, portanto, uma forma de organização política em que os cidadãos têm a oportunidade de participar ativamente.

Teorell (2006) explora a participação política a partir de três teorias da democracia: “*responsive*,” “*participatory*,” e “*deliberative*.” A teoria “*participatory*” defende que os cidadãos devem influenciar diretamente os processos de decisão, olhando para a democracia como um sistema onde a participação ativa ultrapassa o simples voto, permitindo-lhes moldar políticas e soluções diretamente.

Na democracia “*responsive*”, o voto é o principal canal de participação, onde os cidadãos escolhem representantes para tomar decisões em seu nome. Teorell (2006) observa que, embora o voto seja central, esta abordagem delega o poder aos eleitos e limita a participação direta dos cidadãos: “The point is to make citizens more involved in solving community problems, even if this takes place within a larger framework of a representative democracy” (p. 790).

Por fim, a teoria “*deliberative*” enfatiza o diálogo e o consenso entre os cidadãos, promovendo processos de decisão inclusivos e informados. Aqui, a participação não se

limita ao voto, mas inclui discussões e debates públicos, onde as decisões são tomadas pela troca de argumentos racionais.

Contudo, como apontado por Gallego (2015), a participação política não é igualmente acessível a todos os cidadãos. A desigualdade na participação política pode ser observada em múltiplos níveis, incluindo barreiras socioeconômicas, culturais e estruturais que afetam grupos marginalizados, como minorias étnicas e pessoas com baixos níveis de educação.

Quando os cidadãos atuam como agentes políticos ativos, seja através do voto, filiação, ativismo ou outras formas de participação, expressam as suas crenças, valores e identidade. Milbrath (1965) explora como as motivações para a participação política são influenciadas por fatores como valores pessoais e contextos sociais, descrevendo um modelo que classifica os cidadãos em níveis distintos de participação, desde *spectators* até *gladiators* políticos. Milbrath (1965) explica que “political involvement is related to the personal importance attached to public issues” (p. 42), ilustrando que pessoas com um forte vínculo com causas específicas, como o ambientalismo ou os direitos humanos, tendem a envolver-se em ações alinhadas com essas causas.

Além disso, Teorell et al. (2007) discutem a socialização política como um processo para a formação de identidades e valores cívicos. Os autores afirmam que a socialização não se limita à infância, mas continua ao longo da vida adulta, através de experiências políticas e exposição a diferentes grupos sociais e visões. Como referem Teorell et al. (2007), “political socialization operates as a continuous process that shapes individuals' perceptions of citizenship and participation” (p. 345). Essa interação com diferentes identidades e contextos contribui para moldar o comportamento político e o senso de responsabilidade cívica dos indivíduos, influenciando a sua disposição para participar ativamente no processo democrático.

Além disso, a participação política desempenha funções de integração fundamentais. Segundo Dalton (2008), normas de cidadania evoluíram significativamente nas últimas décadas, ampliando as formas de participação política além do voto para incluir ações diretas, protestos e outras formas de comportamento cívico. Dalton (2008) observa que “the expansion of citizenship norms reflects a transformation in how citizens perceive their role within the political system, as agents who not only observe but actively shape society” (p. 23). Essa evolução é particularmente

relevante para grupos tradicionalmente marginalizados que, ao participarem politicamente, encontram uma plataforma para defender os seus interesses e procurar uma inclusão efetiva.

Para esta investigação, é relevante compreender as diversas definições de participação política e os contextos em que os cidadãos podem envolver-se no processo político. Giugni & Grasso (2022), ao abordarem uma ampla gama de atividades que englobam desde o voto até ao ativismo, destacam que “modern political participation is multidimensional, reflecting the varied roles citizens assume within a democracy” (p. 15). A obra deles enfatiza que a compreensão dessas dimensões de participação é decisiva para avaliar o impacto que os cidadãos têm nos processos democráticos e na transformação social.

Um dos primeiros autores a conceptualizar participação política dos cidadãos foi Jean-Jacques Rousseau, filósofo político do século XVIII, conhecido pela sua obra *Contrato Social*, na qual desenvolve uma teoria política e uma visão sobre a organização da sociedade e participação dos cidadãos (Vilalba, 2013, p. 66). Rousseau argumenta que a participação legítima e eficaz só é possível através de uma forma específica de governo, denominada “*volonté générale*”. Para o filósofo político, a participação política ocorre quando os cidadãos, em vez de simplesmente votarem em representantes, participam ativamente na formulação das leis e políticas que regem a sociedade (Karadas, 2022, p. 159).

Ao contrário de outros pensadores da época, Rousseau criticava a representação política, alegando que esta cria uma separação entre o povo e as suas decisões políticas. Na sua opinião, a verdadeira participação política envolve a presença direta dos cidadãos nas assembleias públicas, onde discutem e decidem coletivamente os destinos da comunidade (Cohen, 1986, p. 290). Esta visão de participação pretende evitar a corrupção do governo representativo e assegurar que as decisões políticas refletem a vontade do povo, preservando a liberdade e igualdade dos cidadãos.

Mais tarde, John Stuart Mill, filósofo e economista do século XIX, aborda questões fundamentais sobre a participação política, liberdade individual e o papel do Estado na sociedade. Mill defendia um conceito de participação política que não envolvia apenas o direito de votar, mas também a liberdade de expressão, discussão e de questionar o governo (Peixinho, 2014). O economista argumentava que uma sociedade só podia

progredir quando existia uma ampla participação de cidadãos no debate público. Na sua obra *On Liberty*, Mill introduz o princípio “*harm*” como justificação para a intervenção do Estado, ou seja, o Estado só poderia intervir para prevenir danos a outros e não para controlar ações que afetam apenas os indivíduos (Mill, 1859, p. 13). Isto implica que a participação política se defina pela expressão de opiniões, mesmo que estas sejam contrárias à opinião dominante, desde que não causem dano direto a outros.

No século XX, Robert Dahl, concentrou as suas análises na teoria da democracia e nas dinâmicas políticas. Na sua obra *Polyarchy: Participation and Opposition*, Dahl propõe que a participação política efetiva não se limita ao ato de votar, mas deve abranger a capacidade dos cidadãos de influenciar as decisões políticas e o processo de formulação de políticas (Nilsson et al. 2017).

O autor argumenta que um sistema político só é caracterizado como uma “*polyarchy*” quando a participação é ampla e os cidadãos têm a oportunidade de participar ativamente nas decisões que afetam as suas vidas. A participação política efetiva é caracterizada por várias dimensões, incluindo a liberdade de formar e aderir a organizações políticas, o direito de expressar opiniões livremente, o acesso a fontes de informação política e a capacidade de influenciar o processo político (Krouse, 1982). Considera importante a participação distributiva e inclusiva, na qual múltiplos grupos e interesses têm a oportunidade de se envolver no processo político. Dahl destaca ainda a importância da oposição política saudável como parte integrante da participação. O autor reitera a existência de uma oposição ativa e a liberdade de contestação como indicadores de uma participação política vibrante (Abu-El-Haj, 2014).

Jürgen Habermas, filósofo e sociólogo alemão, argumenta que a participação política é fortemente influenciada pela ideia de esfera pública e pela importância do diálogo e comunicação na tomada de decisões políticas (Woelders & Abma, 2016). Na sua obra *The Theory of Communicative Action*, Habermas refere que a participação política efetiva ocorre quando os indivíduos têm a oportunidade de contribuir de forma significativa no processo de criação de políticas através do diálogo racional. A esfera pública, para Habermas, é um local onde os cidadãos, independentemente da sua posição na sociedade, podem participar em condições de igualdade, apresentando argumentos e trocando ideias de forma aberta e inclusiva (Woelders & Abma, 2016). Posteriormente, a validade das decisões políticas deve ser baseada na força do argumento racional e não apenas na força do poder ou interesse.

Amartya Sen, economista e filósofo contemporâneo, considera também que a participação política está intrinsecamente ligada à liberdade humana. Neste sentido, Sen argumenta que a participação política não deve ser vista apenas como o direito de votar, mas como a capacidade das pessoas de influenciar ativamente as decisões políticas que afetam as suas vidas (Gay, 2003). Na sua perspectiva, a participação política é uma componente vital na expansão da liberdade individual. Sen introduz o conceito “*capability*” como forma de medir o desenvolvimento humano, sendo que o desenvolvimento não deve ser apenas avaliado com base em indicadores económicos, mas também considerando a capacidade dos cidadãos de realizar escolhas substantivas nas suas vidas (Kang, 2011). Por conseguinte, a participação política é vista como uma das capacidades vitais que contribuem para a expansão das liberdades individuais. Para promover a participação, Sen defende que a democracia não deve ser apenas um procedimento de votação, mas também um processo de deliberação e discussão (Gay, 2003).

Lidos em conjunto, estes autores lançam luz sobre o motivo pelo qual a participação política é fundamental para a legitimidade e eficácia das democracias. Rousseau enfatiza a necessidade de envolvimento direto e a rejeição da mera representação, enquanto Mill amplia o conceito de participação ao incluir liberdade de expressão e debate público. Dahl introduz a noção de “*polyarchy*” e a importância da inclusão de diversas vozes. Ao passo que Habermas destaca a relevância do diálogo e da esfera pública. Finalmente, Sen vincula a participação à liberdade individual, defendendo que a capacidade de influenciar decisões é essencial para o desenvolvimento humano. Juntas, estas perspetivas oferecem uma compreensão abrangente da participação política como um elemento dinâmico, que vai além do simples ato de votar, envolvendo um compromisso contínuo e ativo dos cidadãos na moldagem das políticas que afetam as suas vidas.

1.2. Participação eleitoral

Para a presente investigação, importa perceber o que se entende por participação eleitoral, dado que é mais do que a simples contagem de votos. Apesar de participação política e participação eleitoral parecerem conceitos semelhantes, acabam por encaixar

um no outro, na medida em que a participação eleitoral é uma forma de participação política.

Verba e Nie, na sua obra *Participation in America: Political Democracy and Social Equality*, discutem participação política, especificamente a participação eleitoral, destacando, por exemplo, a importância do voto como uma das manifestações dessa participação. Os autores propõem a ideia de uma “*participation hierarchy*”, na qual nem todos os cidadãos participam igualmente nas atividades políticas (Verba & Nie, 1987). Para isto, examinam fatores socioeconómicos, educacionais e demográficos que influenciam a probabilidade de um indivíduo participar. Complementarmente, identificam várias formas de participação, que vão ser discutidas nos capítulos seguintes, uma vez que a participação eleitoral não se limita ao exercício de voto.

A maioria dos autores decide abordar a participação eleitoral examinando as variáveis, padrões e fatores que influenciam, por exemplo, a ida às urnas e as atitudes políticas, como o interesse pelo processo político, bem como as perceções dos cidadãos sobre a eficácia do seu voto e a confiança nas instituições. Por norma, são analisadas variáveis sociodemográficas como a idade, género e educação, em determinadas eleições, de modo individual ou comparativo, recorrendo a técnicas quantitativas que permitem inferir padrões de comportamento da população em geral. Importa notar que os primeiros estudos utilizaram dados a nível agregado, uma abordagem que continua a ser utilizada atualmente. Inicialmente, estes estudos podem ser realizados à boca das urnas através de inquéritos anónimos, como, por exemplo, o texto produzido por Cancela & Magalhães (2024) sobre as eleições legislativas de 2024. E, mais tarde, após uma reflexão e apuramento de uma maior quantidade de dados, são realizadas investigações profundas, como é o caso do capítulo de Viegas & Faria (2007), onde são utilizadas variáveis como a idade, escolaridade, situação conjugal e situação face ao trabalho, para caracterizar a evolução da participação eleitoral entre 1989 e 2022.

Do mesmo modo, muitos autores dedicam-se à análise dos fatores inerentes à participação eleitoral, que permitem analisar e explicar os comportamentos dos eleitores. Alguns desses fatores serão discutidos ao longo dos próximos capítulos, com destaque para a motivação, que se refere ao impulso pessoal para participar no processo eleitoral; a mobilização eleitoral, que abrange as estratégias utilizadas para incentivar a participação; a acessibilidade, que diz respeito à facilidade de acesso às urnas; o contexto

social e político, que inclui as condições que moldam a participação, e a confiança nas instituições, que pode afetar a disposição dos cidadãos para votar.

Por outro lado, Green e Gerber, em *Get Out the Vote: How to Increase Voter Turnout* exploram métodos eficazes para mobilizar os eleitores e incentivar a participação nas eleições. As suas abordagens experimentais envolvem testes de diferentes estratégias, como mensagens persuasivas, métodos de contacto e o uso de incentivos. A personalização das mensagens de mobilização adaptadas às circunstâncias e características do eleitorado são identificadas como eficazes, conduzindo a uma maior probabilidade de motivar os eleitores a votar (Green & Gerber, 2019). Quanto aos métodos de contacto, demonstram que o contacto pessoal, como visitas ao domicílio, telefonemas e outros tipos de interações diretas também têm um impacto positivo na decisão dos eleitores. Adicionalmente, comprovam que o contacto pessoal tem um efeito duradouro, influenciando não apenas a eleição imediata, mas também as futuras através de um sentimento de compromisso.

Finalmente, a análise de algumas definições e conceitos de participação política e participação eleitoral revela a complexidade e a ligação entre dois fenómenos fundamentais para o funcionamento da democracia. Ao examinar as diversas perspetivas, podemos entender que a participação política transcende o simples ato de votar, abrangendo uma variedade de formas pelas quais os cidadãos podem envolver-se ativamente na esfera pública (Baybeck, 2014).

Por sua vez, a participação eleitoral representa a contribuição direta dos cidadãos para a escolha dos seus representantes e a tomada de decisões coletivas. De modo geral, Freire (2000, p. 116) entende que a participação eleitoral pode ser definida como o “conjunto dos indivíduos que, dispondo de capacidade eleitoral ativa, exerceram o seu direito de voto na escolha dos representantes políticos na eleição em causa”.

1.3. Participação política jovem: perspetivas teóricas

Nas últimas décadas, a participação política dos jovens é um elemento de discussão em inúmeros estudos de Ciência Política. Como argumentado por Albacete (2014), a participação política promove a democracia e torna os cidadãos melhores, promovendo valores cívicos, desenvolvendo habilidades e proporcionando aos cidadãos

a sensação de eficácia quanto ao funcionamento da democracia. Este sentimento alimenta a confiança nas instituições democráticas, e também incentiva os jovens a envolverem-se nos processos políticos. Porém, o envolvimento político dos jovens não é uma questão simples de explorar. Como sugerem Haris et al. (2010), os jovens podem ser profundamente apáticos ou estarem na vanguarda de novas formas de participação e mobilização.

A relação entre participação política e jovens revela uma crescente preocupação devido ao afastamento destes indivíduos das formas tradicionais de mobilização, sendo necessário entender a importância da faixa etária jovem em todas as democracias.

Primeiramente, os jovens representam o futuro da sociedade e o seu envolvimento ativo na política é essencial para garantir uma democracia representativa (Kirk, 2005). No entanto, caso essa geração se afaste da participação política, corre-se o risco de criar uma lacuna na representatividade e na tomada de decisões, na qual as preocupações específicas dos jovens podem ser negligenciadas. Consequentemente, é possível uma desconexão entre o governo e a realidade vivida por parte desta população, contribuindo para uma desilusão generalizada em relação ao sistema político, alimentando um ciclo de apatia que persiste ao longo do tempo (Sloam, 2012).

Pickard (2017) amplia o entendimento da participação política jovem, demonstrando que vai além do voto, abrangendo várias atividades cívicas muitas vezes excluídas dos debates tradicionais. A autora argumenta que os jovens estão a redefinir a participação política contemporânea, utilizando plataformas digitais e redes sociais para se organizar, mobilizar e expressar as suas preocupações de modo inovador. Segundo Pickard (2017), “much participation is facilitated through the increasing use of social media and new technologies in leisure and politics” (p. 102), permitindo que os jovens integrem movimentos sociais que frequentemente desafiam normas estabelecidas e provocam respostas das instituições tradicionais.

O uso predominante de formas não tradicionais de mobilização pelos jovens também realça a necessidade urgente de adaptação e inovação por parte das instituições políticas. Caso contrário, podemos observar uma marginalização contínua dos jovens na esfera política, prejudicando o desenvolvimento de uma sociedade inclusiva e dinâmica.

1.3.1. As diferentes formas de participação política

A definição da participação política desempenha um papel fundamental neste contexto, uma vez que o que pode ser interpretado como desinteresse em alguns casos, noutros pode ser considerado como participação ativa através de novos mecanismos. Assim, é importante identificar e investigar as diferentes formas de participação política dos jovens, inclusive aqueles que não se encaixam nos meios convencionais.

As propostas de Verba (1967) & Norris (1991) de distinguir as formas de participação política oferecem uma perspetiva valiosa para compreender a variedade de meios através dos quais os jovens se envolvem no cenário político.

As formas “convencionais” interagem diretamente com as instituições democráticas, tornando mais claro identificar e entender o nível de participação. Nesta categoria, podemos incluir principalmente exercício de voto, filiação a partidos políticos, participação em comícios ou outras atividades partidárias, participação em manifestações e protestos públicos.

Por outro lado, as formas “não-convencionais” de participação política englobam estratégias inovadoras e personalizadas, destacando-se a utilização das redes sociais para expressar opiniões políticas, o envolvimento em movimentos sociais online e a criação de iniciativas independentes para abordar questões específicas. Como discutem Theocharis & Deth (2016), a participação cidadã expandiu-se continuamente, através de novas práticas digitais que vão além das ações tradicionais e passam a incluir o uso de plataformas digitais para promover causas e incitar mudanças. As redes sociais, em particular, oferecem "new affordances that allow for more direct and interactive political engagement" (Theocharis et al., 2023, p. 789), facilitando a criação de comunidades de apoio e aumentando a visibilidade de temas emergentes entre os jovens.

Além desta distinção, é relevante notar que as formas de participação podem ser individuais ou coletivas, refletindo a diversidade de abordagens adotadas na vontade de influenciar o cenário político. Boulianne & Theocharis (2020) argumentam que a interação digital transforma significativamente os modos de participação, especialmente entre os jovens, e sublinham que o ambiente online favorece a “collective action through connectivity, but also reinforces individual participation” (p. 115). A possibilidade de participação digital permite aos jovens explorar tanto o envolvimento individual quanto

o coletivo, diversificando as formas de expressão política e incentivando a criação de redes de solidariedade em torno de causas específicas.

A colaboração direta ou indireta também representa uma diferença importante, uma vez que pode existir um envolvimento direto em processos políticos ou uma influência no sistema, através de formas indiretas como campanhas de consciencialização. Mossberger et al. (2007) enfatizam o conceito de “*digital citizenship*,” indicando que o ambiente digital permite uma “mediated participation that can amplify political voice” (p. 58), proporcionando aos jovens oportunidades de influência que vão além dos métodos tradicionais. Essa cidadania digital facilita o surgimento de práticas indiretas, como campanhas de sensibilização e outras ações orientadas para a mudança de opinião pública, que têm ganho força nos ambientes virtuais.

Nesse sentido, observa-se que as preferências e práticas dos jovens diferem das formas tradicionais de participação. Boulianne (2020) destaca que “the effects of digital media on civic and political participation are particularly evident among youth, who turn to networks to organize and express themselves in ways that go beyond voting” (p. 953). Por sua vez, Sajuria et al. (2014) mostram que as redes sociais servem tanto para fortalecer laços já existentes (ou “*bonding social capital*”) como para criar vínculos entre diferentes grupos e causas (“*bridging social capital*”). Estes elementos de capital social contribuem para um envolvimento cívico mais amplo, permitindo uma participação flexível, de acordo com as prioridades dos jovens em contextos políticos contemporâneos.

A literatura sobre a participação política jovem revela que os jovens preferem formas de participação não convencionais, como manifestações, protestos, etc. Adicionalmente, há uma preocupação substancial com a apatia, o desinteresse e os baixos níveis de participação, tal como apontado por Ribeiro et al. (2016). Esta perspetiva indica que uma parte significativa dos jovens que não se reconhecem nos partidos tradicionais, tendem a aderir mais a novos partidos. Ou seja, a mobilização é muito contingente da oferta partidária.

No entanto, Fernandes-Jesus et al. (2015) argumentam que a alegada crise de participação política juvenil pode ser interpretada de forma diferente, dependendo da definição de “participação política” adotada (ver capítulo 1.1). Muitos jovens demonstram uma consciência crescente sobre causas sociais e políticas, mas optam por

expressar essa consciência através de formas não convencionais, como as mobilizações online, o ativismo ambiental e os movimentos de justiça social. Silva et al. (2022) observam que os jovens portugueses estão cada vez mais ativos e informados sobre causas como o ambiente, o feminismo e as lutas antirracistas. No entanto, existe uma lacuna entre a consciencialização e a tradução deste conhecimento em ações políticas formais, sugerindo uma desconexão entre a esfera pública e os interesses juvenis.

Segundo Campos & Sarrouy (2020), a postura por vezes apolítica dos jovens contribui para o aumento do descrédito nas instituições políticas e nos seus representantes. Esta visão é corroborada por Costa & Silva (2022), que defendem que a perceção de ineficácia individual nas formas de participação convencionais conduz ao afastamento dos jovens dos canais tradicionais de participação. Magalhães e Moral (2008) sustentam que essa atitude leva a juventude a procurar alternativas de participação que sejam vistas como mais eficazes ou alinhadas com as suas preocupações. Essa postura, então, alimenta o ceticismo face à participação tradicional, enquanto reforça a necessidade de novas formas de envolvimento que respondam diretamente aos interesses da juventude.

Outro fator fundamental identificado por Ferreira et al. (2017) é a influência do contexto histórico na forma como os jovens participam politicamente. Os jovens socializados na revolução de abril, tendem a participar de forma mais convencional, enquanto os socializados durante a crise económica de 2008 demonstram uma tendência a participar através de formas não convencionais. Isto destaca como eventos e períodos específicos da história influenciam as atitudes e comportamentos políticos, bem como a perceção e resposta dos jovens à política.

No entanto, essa diferença também levanta a questão de até que ponto o período de socialização é o principal fator. Será que essas variações refletem unicamente o impacto de contextos específicos, como a crise de 2008, ou são parte de uma mudança mais ampla nos padrões de participação? Estudos adicionais, como os de Dalton (2013) e Pickard (2019), sugerem que essas distinções entre formas convencionais e não convencionais de participação são observadas mesmo fora de períodos de crise, o que indica que tendências geracionais e mudanças culturais mais profundas podem estar a influenciar os jovens de forma duradoura.

Assim, enquanto períodos de crise ou transição política, como a Revolução de Abril ou a crise de 2008, claramente afetam a disposição dos jovens para formas específicas de participação, essas variações podem igualmente refletir uma transformação mais generalizada nos comportamentos políticos. Essa mudança pode ser vista como uma resposta a uma crescente desconfiança em relação às instituições tradicionais e à procura por formas de participação mais diretas (Inglehart & Welzel, 2005; Pickard, 2019).

A abordagem de Magalhães (2022) e as observações de Ferreira et al. (2017) demonstram a complexidade da participação política juvenil, destacando a diversidade de formas de envolvimento e ressaltando a importância de considerar não apenas as diferenças individuais, mas também os contextos históricos.

O desinteresse e desconexão dos jovens face aos mecanismos convencionais de participação política, tal como destacado por Costa & Silva (2022), sugerem um quadro em que a população jovem se afasta das formas tradicionais de envolvimento político. Esta atitude é alimentada pela perceção cética da eficácia do papel individual na participação política convencional, levando os jovens a procurar outros mecanismos de representação, conforme referido por Magalhães & Moral (2008).

Na última década, Silva et al. (2022) observaram um aumento significativo nas formas de participação não-eleitoral, sendo os jovens os grandes catalisadores desse crescimento. Este envolvimento é designado por participação cívica, na qual podemos incluir doações ou recolhas de fundos para fins sociais, cívicos ou políticos, assinar petições ou fazer parte de uma mobilização social. Especificamente, o estabelecimento de contactos com agentes políticos e a assinatura de petições emergiram como áreas onde os jovens se destacam, tal como evidenciado por Magalhães (2022). Contrariamente à perceção de passividade política, a análise revela um panorama mais complexo, caracterizado por um descontentamento e desilusão face à política tradicional. Esse sentimento conduz os jovens para um envolvimento seletivo, que se manifesta em áreas que consideram mais eficazes ou alinhadas com as suas preocupações.

1.3.2. A emergência do mundo digital na participação política

As redes sociais tornaram-se um campo fértil para a expressão de opiniões políticas, mobilização de apoio a causas específicas e a criação de movimentos sociais,

ou por outras palavras, “politics on the Internet serves primarily to reinforce civic engagement” (Norris, p. 43, 2003). Para os jovens, o mundo digital representa uma nova forma de participação política, que possibilita a partilha instantânea de informações, a organização rápida de campanhas e a amplificação das suas vozes, que muitas vezes não são ouvidas nos espaços tradicionais. Portanto, embora os jovens pareçam distantes das práticas políticas convencionais, a sua presença ativa e influente no mundo digital destaca uma mudança significativa na dinâmica da participação política contemporânea.

O estudo de Costa (2022) destaca que os jovens, nomeadamente na faixa etária entre os 15 e 24 anos, emergem como protagonistas da participação *online*. Estes indivíduos marcam presença em fóruns de discussão, como também têm um papel ativo ao publicar, comentar e partilhar conteúdo político nas suas plataformas digitais. Esta tendência reflete a crescente importância das redes sociais como um espaço fundamental para a expressão política e a troca de ideias, especialmente entre a geração mais jovem.

Paradoxalmente, apesar de os partidos políticos reconhecerem a importância das redes sociais para divulgar as suas mensagens, Costa & Silva (2022) apontam para uma lacuna nas estratégias de comunicação e mobilização que os partidos utilizam para atrair a participação dos jovens. A falta de adequação dessas estratégias cria uma perceção entre os jovens de que as suas vozes não são devidamente valorizadas no espaço político. Essa desconexão pode resultar numa sensação de desmerecimento das visões jovens, minando a confiança na eficácia da participação política convencional.

Contudo, no contexto português, novos partidos como a Iniciativa Liberal, o Chega, o Livre e o PAN parecem adotar uma abordagem diferente, ao utilizar as redes sociais de forma estratégica e direta para captar o interesse e a participação dos jovens. Com uma linguagem acessível e interativa, estes partidos conseguem criar um ambiente em que os jovens se sentem mais ouvidos e representados, o que contribui para o seu sucesso na mobilização dessa faixa etária (Silva, 2023).

Essa abordagem demonstra que os novos partidos estão mais alinhados com as tendências digitais contemporâneas, aproveitando o potencial das novas tecnologias para alcançar segmentos do eleitorado que se afastam das estruturas partidárias convencionais. Como resultado, estes partidos não apenas facilitam a participação política, mas também tornam o meio político mais atrativo para jovens que valorizam a interação direta e a rapidez na troca de informações (Jacobs & Spierings, 2016).

1.3.3. A desvalorização das vozes dos jovens

A desvalorização das opiniões dos jovens é agravada por estereótipos e preconceitos geracionais, conforme indicado por Silva et al. (2022). As gerações mais velhas consideram muitas vezes os jovens inexperientes, dependentes economicamente e sujeitos à precarização laboral, o que, por sua vez, conduz a uma perceção de que eles possuem menos capacidade para desempenhar um papel relevante no sistema político. Estes só conseguem escapar a uma “existência anestesiada à medida que assumem responsabilidades profissionais e familiares que atestam normalmente a entrada no ciclo de vida dos adultos” (Varela, 2009, p. 48). Atualmente, os jovens portugueses comprovam a perceção de Pais (1990) de que a transformação do ciclo da vida¹ faz retardar a mobilização política e associativa dos jovens. Isto resulta devido à necessidade de prolongar a sua qualificação escolar, o que faz aumentar o período de escolarização, em número de anos, alongando as fases da vida da juventude. Não obstante, devido à complexidade das sociedades contemporâneas ocidentais, Varela (2009) argumenta que não é possível conceber uma cultura juvenil única, uma vez que a juventude é concebida por diversas culturas marcadas por clivagens de natureza intra-geracional.

A cultura cívica dos jovens varia consoante o contexto específico em que estes evoluem, podendo assumir inúmeros contornos, tais como o seu local de residência, o grupo de amigos, influências escolares, o grupo socioprofissional dos pais ou até o seu estilo de música (Varela, 2009). Essa visão é reforçada pela crença de que os jovens são instáveis nas suas formas de pensar, uma característica apontada por Fernandes-Jesus et al. (2015). Estando ainda em crescimento, os jovens têm diferentes comportamentos e atitudes que se refletem na sua forma de ser e estar. A instabilidade dos jovens pode ser entendida como uma potencial fonte de instabilidade no sistema político, levando a preocupações sobre o impacto dessa geração nas questões cívicas e políticas. Assim sendo, a desvalorização das vozes juvenis no cenário político representa um desafio urgente para os partidos e para a sociedade em geral que necessitam de garantir a inclusão efetiva dos jovens nas discussões políticas.

¹ O “ciclo de vida” refere-se às fases pelas quais uma pessoa passa, desde a juventude até a velhice, que influenciam as suas responsabilidades e atitudes sociais e políticas. Estas fases podem afetar, por exemplo, a participação e preferências eleitorais.

A observação de que os mecanismos de atração à participação dos jovens por parte dos partidos políticos estão aquém do desejado revela uma desconexão significativa entre as instituições políticas e a juventude. Apesar de serem frequentemente elogiados pelos partidos como detentores de um papel vital na política democrática e na sociedade em geral, como refere Quintelier (2007), os jovens muitas vezes sentem que essa valorização não é acompanhada por ações concretas que tenham em consideração os seus interesses e prioridades.

A predominância de políticos mais velhos nos sistemas políticos, juntamente com a ausência de uma presença significativa de jovens nas estruturas partidárias e na tomada de decisões políticas, reforça a ideia de que as suas preocupações são negligenciadas. Isto leva os jovens a rejeitar a política tradicional em favor de abordagens mais radicais e transformadoras, conforme observado por Farthing (2010). A necessidade de rejuvenescimento das estruturas internas dos partidos políticos ou o desenvolvimento de projetos específicos para envolver os jovens é crucial. Essa abordagem não apenas permitiria uma representação mais fiel dos interesses da juventude, mas também poderia promover uma conexão mais efetiva entre os jovens e as instituições políticas.

A rejeição ativa, mencionada por Farthing (2010), destaca a disposição dos jovens em procurar formas alternativas de participação política que estejam alinhadas com as suas visões de uma mudança radical no cenário político. A opacidade da mecânica parlamentar e a desconexão com as políticas partidárias emergem como obstáculos significativos. Malafaia et al. (2021) destacam que a desvalorização da faixa etária mais jovem, juntamente com a desafeição em relação às políticas dos partidos, contribui para a exclusão dos jovens da participação efetiva no processo democrático.

1.3.4. Obstáculos à participação

A relutância em participar na política, apesar da predisposição para votar, pode ser explicada por diversas razões. As barreiras administrativas, com procedimentos burocráticos, podem desencorajar a participação, nomeadamente entre os jovens que estão a iniciar o seu envolvimento político. Além disso, a perceção de que os partidos políticos não se preocupam com a mobilização juvenil pode aumentar a sensação de desconexão e a falta de representação.

O Estudo Internacional de Educação Cívica e Cidadania (ICCS) de 2009, destaca que 80% dos adolescentes manifestam a probabilidade de votar. Contudo, apesar dessa disposição, os jovens encontram barreiras administrativas e uma certa relutância por parte dos partidos políticos em direcionar esforços para mobilizar essa faixa etária (Hooghe & Dassonneville, 2013).

A desinstitucionalização das práticas políticas dos jovens pode ser entendida como uma resposta à desconfiança sobre as estruturas partidárias. Esse afastamento das lógicas partidárias indica um desejo por novas formas alternativas de participação política, muitas vezes caracterizadas por uma abordagem mais direta, menos hierárquica e mais alinhada com as preocupações e valores dos jovens.

Quanto à qualidade de democracia, Ferreira et al. (2017) sugerem uma deterioração associada a um declínio nas atitudes positivas, a uma fraca identificação partidária e à exigência de reformas urgentes. Essa tendência negativa impacta diretamente a participação dos jovens, tanto em termos de atitudes quanto em termos de comportamentos. A falta de eficácia dos partidos políticos, aliada a propostas que não refletem a visão dos jovens, contribui para o desinteresse e para a baixa participação nos processos políticos tradicionais.

A maior propensão à abstenção é influenciada por uma variedade de fatores, incluindo a educação, bem como por obstáculos à participação. Além disso, fatores a nível individual, como a falta de interesse pelo processo político, a percepção da eficácia do voto, a experiência anterior em eleições e a situação económica pessoal, desempenham também um papel importante na decisão de participar ou não nas eleições. O sistema educativo português, conforme apontado por Silva et al. (2022), é criticado pela falta de ênfase na promoção do conhecimento político e pelo enfraquecimento do pensamento crítico dos alunos. A ausência de debates políticos nas instituições educacionais limita ainda mais a compreensão e a participação dos jovens no cenário político. O nível individual refere-se à falta de conhecimento sobre o processo político e empatia, conduzindo à percepção de que um voto individual não fará diferença.

As barreiras à participação, mencionadas por Silva et al. (2022), incluem obstáculos geográficos, de género, de classe social e uma intelectualização da linguagem política, afastando alguns indivíduos. As oportunidades de participação são também condicionadas pelo *status socioeconómico*, tal como indicado por Ferreira et al. (2017). O

comportamento político dos jovens varia de acordo com os seus recursos económicos, educacionais e políticos, reforçando a ideia de que a participação política é frequentemente determinada pelas condições socioeconómicas individuais. A relação complexa entre autoeficácia, confiança nas instituições, qualidade da democracia e obstáculos à participação condiciona o cenário de participação política dos jovens.

A falta de transparência e a incapacidade dos partidos em abordar questões que preocupam os jovens intensificam o desinteresse político. Os partidos políticos necessitam de ir além das declarações de valorização e adotar medidas concretas que envolvam os jovens de forma significativa. Para isso, são necessárias reformas das estruturas partidárias, o desenvolvimento de projetos participativos e a criação de canais de comunicação mais eficazes, reconhecendo assim a importância vital da participação ativa dos jovens.

A questão da identificação partidária entre os jovens, segundo o estudo de Ferreira et al. (2017) e a crescente proporção de portugueses que não se identificam com nenhum partido político, como auferido por Cancela & Vicente (2019), aponta para uma tendência de distanciamento dos jovens em relação às organizações partidárias.

1.4. Participação jovem em diferentes contextos europeus

A participação política dos jovens nos países europeus, tem diminuindo bastante ao longo do tempo. Porém, tal como evidenciado por Magalhães & Freire (2002), até ao início dos anos 90, não havia um consenso sobre uma tendência geral de participação eleitoral. Atualmente, em 26 dos 27 Estados-membros, os cidadãos necessitam de ter pelo menos 18 anos para exercerem o seu direito de voto, com exceção da Áustria, onde a idade elegível é aos 16 anos (Weiss, 2020). A ausência generalizada da juventude na política institucional da União Europeia (UE) é inegável, e Deželan (2023) alerta para a preocupante abstenção jovem nas eleições nacionais, sendo que cerca de 60% dos eleitores entre os 16/18 e 24 anos decidem não votar.

Conforme observado por Franklin (2003), os jovens tendem a votar menos em comparação com gerações mais velhas, da mesma forma que os membros dos partidos políticos europeus estão a envelhecer e em declínio (Van Biezen et al., 2012). Mas será que essa tendência se manteve e se aplica ao contexto europeu?

Sloam (2016) identificou que mais de 80% dos cidadãos europeus com mais de 30 anos participaram nas eleições nacionais, enquanto menos de 60% dos cidadãos entre os 18 e os 24 anos o fizeram. Ainda assim, este cenário difere bastante entre os países europeus. Por exemplo, entre 70% e 80% dos jovens (elegíveis) entre os 18 e os 24 anos votaram na Bélgica, Dinamarca e Suécia, em comparação com menos de 40% dos jovens na Irlanda, Luxemburgo e Reino Unido. A discrepância nos valores no Reino Unido é particularmente preocupante e será discutida mais adiante. No espectro contrário, a participação dos jovens na Alemanha manteve-se de forma geral estável, apesar da queda abrupta de 90% de participação nos anos 70, para menos de 60% em 2009 (Sloam, 2016, p. 289).

Os fatores sociodemográficos desempenham um papel crucial na análise da participação política, existindo diferenças significativas entre e dentro dos grupos etários quando se trata de diversas formas de envolvimento político. O nível de educação é um fator-chave no envolvimento político do indivíduo. Os jovens europeus com formação universitária apresentaram uma taxa média de participação de 75,1%, três vezes superior àqueles que não possuem qualificações (25,3%) (Sloam, 2016, p. 290).

Sloam (2016) indica que apenas 4,3% dos cidadãos europeus com mais de 30 anos são ou foram membros de uma organização política, enquanto esse valor é de 3,4% para os jovens entre os 18 e 29 anos, e de 3,3% para os jovens entre os 15 e os 24 anos. De acordo com a análise de Kitanova (2020), os jovens adultos entre os 25 e os 30 anos estão mais inclinados a participar em atividades políticas tradicionais do que os jovens entre os 18 e os 24 anos. Por outro lado, as probabilidades de serem membros de uma organização política são menores para os jovens adultos entre os 25 e os 30 anos, em comparação com os jovens entre os 18 e os 24 anos. Na ótica de Kitanova (2020): quanto mais jovem a pessoa, mais provável é que pertença a uma organização política. Ainda assim, diversos estudos têm claramente evidenciado uma queda na filiação partidária entre os jovens (Cross and Young 2008; Hooghe et al. 2004; Deželan 2015).

A idade da democracia do país também é um fator crucial para entender a participação dos jovens europeus, uma vez que a participação política pode variar conforme a antiguidade da democracia. Mais uma vez, segundo Kitanova (2020), a probabilidade de envolvimento político entre os jovens europeus em democracias recentemente consolidadas é 27% inferior à dos jovens cidadãos em democracias já consolidadas. Complementarmente, observa-se que as democracias mais maduras

apresentam níveis elevados de participação política entre os jovens, tanto através de formas tradicionais como através do envolvimento em organizações políticas.

Em relação a Portugal, o estudo de Sloam (2016) regista níveis muito reduzidos de participação política jovem, atribuindo isso, em grande parte, a uma cultura de participação cívica e política fraca em comparação com os países nórdicos e com França, onde a participação é alta em eleições e movimentos. Quando analisamos a Europa Central, representada por países como Alemanha, Áustria e Bélgica, os níveis de participação estão próximos da média europeia em ambas as categorias. Já os países Anglo-saxões, como Irlanda e Reino Unido, registam níveis muito baixos e taxas moderadas de participação em atividades políticas.

Os estudos de Timmerman (2009) e de Cammaerts et al. (2014) identificam semelhanças na participação política dos jovens europeus, tanto nos países da Europa central como nos países da Europa ocidental. Cammaerts et al. (2014) concluíram que a baixa participação em países como Espanha, França, Áustria, Reino Unido, Finlândia e Hungria é causada pela forma como os seus sistemas políticos estão estruturados, excluindo os jovens do processo político. Esta estrutura refere-se a elementos como a rigidez das regras eleitorais, a predominância de partidos tradicionais que não conseguem atrair os jovens e a falta de canais de participação que permitam a esse grupo expressar as suas preocupações e interesses. No mesmo sentido, Timmerman (2009) observa que a situação é semelhante nos sistemas políticos locais do Reino Unido e dos Países Baixos, uma vez que nenhum desses países facilita a participação dos jovens adultos em debates ou no processo democrático. Hooghe & Stole (2003) destacam que os adolescentes na Alemanha, França e Reino Unido apresentam uma aversão notável à participação eleitoral e institucionalizada em comparação com os adultos, embora demonstrem uma inclinação considerável para se envolverem em atividades não convencionais. Essa mesma dinâmica foi reafirmada por Hooghe et al. (2004) e Quintelier & Hooghe (2011) no contexto belga.

Focando especificamente no Reino Unido, o estudo de Sloam (2016) aponta para uma baixa participação nos métodos convencionais. Essa tendência é explicada pela falta de estímulos no sistema político inglês que incentivem os jovens a desempenhar um papel mais ativo na vida política, o que pode resultar numa crise de legitimidade democrática, tal como sugerido por Henn et al. (2005). A história da cidadania juvenil no Reino Unido, como indicado por Mycock & Tongue (2011), revela que as formas tradicionais de

política, como a votação, os representantes eleitos, os partidos e as instituições, enfrentam apatia e hostilidade por parte dos jovens.

O estudo de Henn et al. (2002) indica que, apesar dos jovens britânicos demonstrarem interesse em assuntos políticos, sentem um anticlímax ao votar pela primeira vez e são críticos em relação aos políticos eleitos. O “efeito período” também é referido, sugerindo que os jovens vivem num mundo diferente dos seus antecessores, o que pode influenciar o seu entendimento e envolvimento na política. A dinâmica da vida contemporânea, tal como mencionado por Henn et al. (2002), é caracterizada por elevados níveis de risco e insegurança, o que implica menos tempo disponível para dedicar a atividades políticas. Paralelamente, a própria natureza da participação política está em constante mudança, ou seja, existe uma concentração crescente num consumismo político. Neste cenário, os partidos políticos distanciam-se e têm dificuldade em conectar-se diretamente com as pessoas.

Tal como mencionado anteriormente, a participação através de formas tradicionais de envolvimento está em declínio, mas, ao contrário do que se poderia pensar, assinar uma petição e participar em manifestações são práticas menos comuns entre os jovens nos dias de hoje (Deželan, 2023, p. 15). Por conseguinte, as eleições continuam a ser o principal agente através do qual os cidadãos influenciam o processo político, sendo que cerca de 46% dos jovens europeus votaram em eleições locais, nacionais ou europeias.

Nos dados analisados por Ribeiro & Menezes (2013), provenientes do European Social Survey (ESS), entre 2002 e 2010, em quatro países europeus - Portugal, Inglaterra, Suécia e Polónia - observamos a participação dos jovens entre os 15 e os 21 anos nas eleições nacionais ocorridas neste período específico. Os jovens destes quatro países não apresentam grandes oscilações ao longo do tempo, nem há muitas diferenças entre os países. No entanto, a Suécia destaca-se de forma significativa dos outros países, apresentando níveis de participação mais elevados.

No caso inglês, podemos observar que os jovens participam mais através de formas não tradicionais, como assinar petições, do que através do voto em eleições nacionais (Ribeiro & Menezes, 2013, p. 71). Por outro lado, os jovens polacos e portugueses, participam mais através de formas tradicionais do que de formas não tradicionais. Por último, os jovens suecos são agentes políticos muito ativos, participando

principalmente em eleições nacionais e assinando petições, enquanto dão menos atenção a manifestações.

Não obstante, de acordo com o European Parliament Youth Survey (2021), surgem entre os jovens europeus formas de envolvimento político menos tradicionais e institucionais. Neste inquérito realizado em 2021, aproximadamente 42% dos jovens criaram ou assinaram petições, em papel ou online; 26% expressaram a sua opinião sobre questões políticas e sociais nas redes sociais; 25% boicotaram ou compraram determinados produtos por motivos políticos, éticos e ambientais; 24% participaram em manifestações e protestos; 21% dos jovens foram voluntários numa campanha ou organização de solidariedade; e, por fim, apenas 14% juntaram-se a organizações juvenis.

Os resultados acima mencionados tornam difícil a compreensão da participação política dos jovens, uma vez que o voto é a forma mais popular de participação (46%), e apenas 10% dos jovens não participam de qualquer forma. Portanto, como afirma Deželan (2023, p. 18), “não devemos falar de uma visão unidimensional da participação”.

1.5. A importância das eleições autárquicas

A análise das eleições autárquicas constitui desafios consideráveis, uma vez que os estudos são escassos e alguns pouco profundos. No entanto, recorrendo diretamente às páginas oficiais dos resultados eleitorais ou até mesmo a inquéritos europeus, podemos comparar a participação entre os países europeus.

O estudo das eleições autárquicas é importante devido ao seu impacto na construção da cidadania e na promoção da democracia ao nível local (Sousa & Maia, 2017). As autarquias exercem um papel central na vida quotidiana dos cidadãos, assumindo responsabilidades na gestão de serviços essenciais e na implementação de políticas que afetam diretamente as comunidades. Analisar a participação eleitoral nestas eleições permite compreender como diferentes grupos etários se envolvem no processo político e como essa participação influencia a eficácia e legitimidade das instituições democráticas.

Além disso, o estudo da participação nas eleições autárquicas pode revelar padrões de participação cívica que são específicos a cada região ou país, refletindo a diversidade

cultural e social da Europa. As diferenças nas taxas de participação podem ser atribuídas a uma variedade de fatores, incluindo a percepção de eficácia das autarquias, a acessibilidade das informações sobre o processo eleitoral e o grau de confiança dos cidadãos nas instituições locais. Investigar essas variáveis pode ajudar a entender melhor por que certos grupos, especialmente os jovens, podem sentir que a política local não se alinha com suas necessidades ou expectativas. Ao abordar essas questões, é possível não apenas incentivar um maior envolvimento nas eleições autárquicas, mas também promover um diálogo mais aberto entre os jovens e os seus representantes locais.

No European Values Study, Wave 7 de 2020, observa-se que apenas cerca de 40% dos jovens europeus entre os 15 e os 29 anos participaram nas eleições locais, em contraste com a participação de cerca de 70% dos cidadãos com 50 anos ou mais. A disparidade na participação eleitoral entre diferentes faixas etárias pode influenciar os resultados e a representatividade dos governos locais.

Começando por Espanha, nas últimas eleições municipais realizadas em 2023, cerca de 63% dos eleitores participaram, mantendo-se em linha com os valores registados nas eleições de 2019 (65%) (Figura 1). Em Portugal, nas eleições autárquicas de 2021, a participação caiu para 53,65%, quase idêntica ao resultado das eleições autárquicas de 2017 (54,97%) (Figura 2). Já em Itália, na região mais populosa, Lombardia, a participação nas eleições regionais de 2023 foi de 42% (Ministero dell’Interno, 2024).

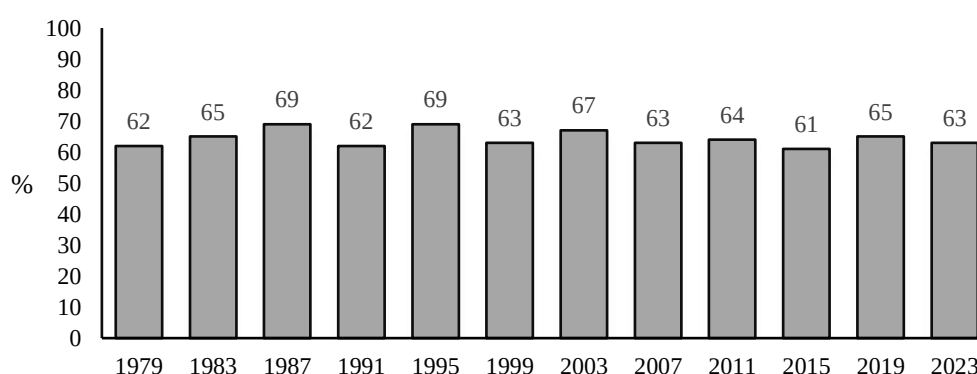


Figura 1. Taxas de participação nas eleições municipais espanholas, 1979-2023.

Fonte: <https://infoelectoral.interior.gob.es/es/elecciones-celebradas/resultados-electorales/>.

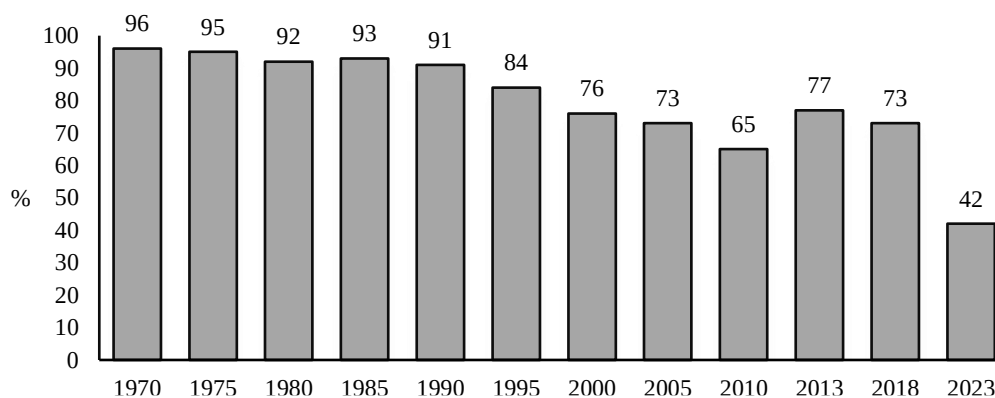


Figura 2. Taxas de participação nas eleições autárquicas portuguesas, 1976-2021.

Fonte: <https://www.eleicoes.mai.gov.pt/>. Ver também Almeida (2022)

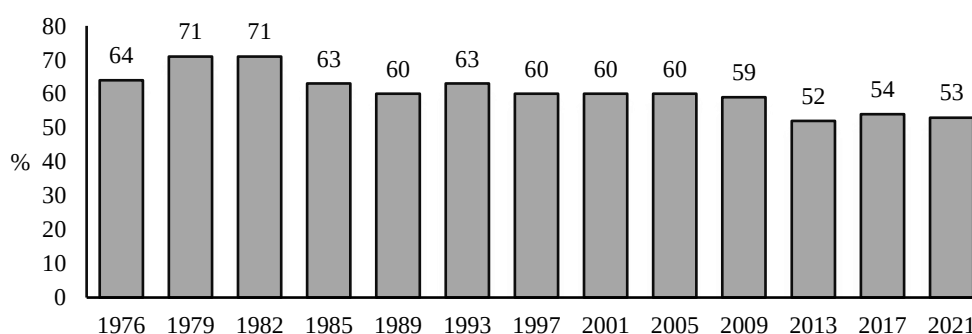


Figura 3. Taxas de participação nas eleições regionais da Lombardia, 1970-2023.

Fonte: <https://elezionistorico.interno.gov.it/index.php?tpel=R&scelta=Ente&testo=lombardia>. Ver também Fasano (2023)

Magalhães & Freire (2002), através de dados de um estudo da década de 80, comparam a taxa de abstenção em doze países europeus, onde os autores concluíram que as eleições locais contradizem a ideia de que a participação eleitoral dos cidadãos é maior quanto maior a proximidade aos órgãos a eleger (Freire & Magalhães, 2002, p. 91). Considerando esta conclusão, surge a seguinte questão: “Como se classifica e quais são os fatores que influenciam a decisão dos cidadãos jovens de participar ou se abster das eleições locais?”

2. A participação política: o caso português

2.1. Evolução da participação em Portugal

Discutir a participação e abstenção em diferentes níveis eleitorais é, de facto, uma tarefa complexa, tal como referido por Franklin (2003). Os dados estatísticos oferecem indicadores valiosos, mas isolar causas específicas pode ser desafiador. Essa complexidade decorre, em parte, de tendências de longo prazo, como a crescente mobilização cognitiva dos eleitores, que envolve uma maior consciência e reflexão crítica sobre questões políticas, e o surgimento de novas tecnologias, que mudam a maneira como as pessoas se informam e se envolvem na política. Essas tendências podem variar de acordo com o ambiente em que os eleitores se encontram, dado que fatores culturais, sociais e políticos influenciam de forma distinta o comportamento eleitoral dos cidadãos em diferentes regiões e países.

Neste contexto, a participação política dos jovens merece uma análise detalhada. Em muitos países europeus, incluindo Portugal, os cidadãos atingem a idade de voto antes de completarem a sua formação escolar e, frequentemente, antes de terem a oportunidade ou motivação para se envolver em várias organizações. É comum que os jovens esperem até à idade adulta, quando se sentem mais estabelecidos, para se envolverem ativamente na política. Esta fraca participação dos novos eleitorados pode ter implicações a longo prazo, uma vez que os grupos mais velhos são gradualmente substituídos, resultando numa queda progressiva da participação global (Franklin, 2003).

Retomando a problemática dos ciclos da vida, apontada por Varela (2009), a idade é a variável mais importante, dado que são através das experiências e conhecimentos adquiridos ao longo da vida que processamos e consolidamos a informação política. Esta variável pode transmitir uma sensação de confiança na tomada de posição sobre determinado assunto, que depois se reflete através dos meios convencionais ou em simples discussões sobre política.

Após a revolução democrática, nomeadamente no caso português, os níveis de participação eram considerados elevados na Europa, mas esses valores diminuíram consideravelmente, chegando a patamares semelhantes aos de democracias europeias

mais recentes (Cancela & Vicente, 2019). A abstenção abrange praticamente todas as eleições, exceto as eleições autárquicas, que possuem características particulares.

Como se pode observar na Tabela 1, que apresenta o Índice de Democracia nos países da Europa Ocidental, o regime político de Portugal é classificado como uma *"flawed democracy"*, com um resultado agregado bastante baixo. O Índice de Democracia, elaborado por organizações como a *Economist Intelligence Unit*, avalia a qualidade das democracias em vários países com base em critérios como o processo eleitoral, a pluralidade política, o funcionamento do governo, a participação política e as liberdades civis.

No caso de Portugal, o país destaca-se entre os que apresentam menor participação política e uma cultura política pouco robusta, refletindo desafios na mobilização e envolvimento dos cidadãos nos processos democráticos. Em contrapartida, por exemplo, a vizinha Espanha sobressai, alcançando classificações superiores em todos os critérios analisados, o que indica uma maior vitalidade democrática e uma participação cívica mais ativa.

Tabela 1. Índice de Democracia.

	Overall score	Global Rank	Regional rank	I Electoral process and pluralism	II Functioning of government	III Political participation	IV Political culture	V Civil liberties	Regime type
Austria	8.28	18=	12	9.58	7.50	8.89	6.88	8.53	Full democracy
Belgium	7.64	36	19	9.58	8.21	5.00	6.88	8.53	Flawed democracy
Cyprus	7.38	37=	20	9.17	5.36	6.67	6.88	8.82	Flawed democracy
Denmark	9.28	6	5	10.00	9.29	8.33	9.38	9.41	Full democracy
Finland	9.30	5	4	10.00	9.64	7.78	9.38	9.71	Full democracy
France	8.07	23=	15	9.58	7.86	7.78	6.88	8.24	Full democracy
Germany	8.80	12	10	9.58	8.57	8.33	8.13	9.41	Full democracy
Greece	8.14	20=	13	10.00	7.14	7.22	7.50	8.82	Full democracy
Iceland	9.45	3	2	10.00	9.29	8.89	9.38	9.71	Full democracy
Italy	7.69	34	18	9.58	6.79	7.22	7.50	7.35	Flawed democracy
Ireland	9.19	7	6	10.00	8.21	8.33	10.00	9.41	Full democracy
Luxembourg	8.81	11	9	10.00	8.93	6.67	8.75	9.71	Full democracy
Malta	7.93	28	16	9.17	7.14	6.67	8.13	8.53	Flawed democracy
Netherlands	9.00	9	8	9.58	8.93	8.33	8.75	9.41	Full democracy
Norway	9.81	1	1	10.00	9.64	10.00	10.00	9.41	Full democracy
Portugal	7.75	31=	17	9.58	6.79	6.67	6.88	8.82	Flawed democracy
Spain	8.07	23=	14	9.58	7.50	7.22	7.50	8.53	Full democracy
Sweden	9.39	4	3	9.58	9.64	8.33	10.00	9.41	Full democracy
Switzerland	9.14	8	7	9.58	9.29	8.33	9.38	9.12	Full democracy
Turkey	4.33	102	21	3.50	5.00	6.11	5.00	2.06	Hybrid regime
United Kingdom	8.28	18=	11	9.58	7.50	8.33	6.88	9.12	Full democracy
Regional score	8.37			9.39	8.01	7.67	8.10	8.67	

Fonte: Unit, E. I. (2024). *Democracy Index 2023: Age of Conflict*. (p. 36).

Na tabela seguinte, podemos observar a evolução do Índice de Democracia em Portugal desde 2006 até 2023. A análise deste período revela as flutuações e tendências que influenciaram a qualidade democrática do país ao longo dos anos. Portugal enfrentou desafios significativos, com um desempenho que variou entre momentos de progresso e estagnação.

Em contraste, a Dinamarca destaca-se por uma posição robusta no Índice de Democracia, caracterizada por uma elevada participação política, um sistema de governo transparente e um forte compromisso com as liberdades civis. A Dinamarca beneficia de uma cultura política sólida, onde os cidadãos se envolvem ativamente nos processos democráticos, resultando num governo amplamente considerado legítimo e eficaz.

Tabela 2. Índice de Democracia 2006-2023.

	2023	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2008	2006
Austria	8.28	8.20	8.07	8.16	8.29	8.29	8.42	8.41	8.54	8.54	8.48	8.62	8.49	8.49	8.49	8.69
Belgium	7.64	7.64	7.51	7.51	7.64	7.78	7.78	7.77	7.93	7.93	8.05	8.05	8.05	8.05	8.16	8.15
Cyprus	7.38	7.38	7.43	7.56	7.59	7.59	7.59	7.65	7.53	7.40	7.29	7.29	7.29	7.29	7.70	7.60
Denmark	9.28	9.28	9.09	9.15	9.22	9.22	9.22	9.20	9.11	9.11	9.38	9.52	9.52	9.52	9.52	9.52
Finland	9.30	9.29	9.27	9.20	9.25	9.14	9.03	9.03	9.03	9.03	9.03	9.06	9.06	9.19	9.25	9.25
France	8.07	8.07	7.99	7.99	8.12	7.80	7.80	7.92	7.92	8.04	7.92	7.88	7.77	7.77	8.07	8.07
Germany	8.80	8.80	8.67	8.67	8.68	8.68	8.61	8.63	8.64	8.64	8.31	8.34	8.34	8.38	8.82	8.82
Greece	8.14	7.97	7.56	7.39	7.43	7.29	7.29	7.23	7.45	7.45	7.65	7.65	7.65	7.92	8.13	8.13
Iceland	9.45	9.52	9.18	9.37	9.58	9.58	9.58	9.50	9.58	9.58	9.65	9.65	9.65	9.65	9.65	9.71
Ireland	9.19	9.13	9.00	9.05	9.24	9.15	9.15	9.15	8.85	8.72	8.68	8.56	8.56	8.79	9.01	9.01
Italy	7.69	7.69	7.68	7.74	7.52	7.71	7.98	7.98	7.98	7.85	7.85	7.74	7.74	7.83	7.98	7.73
Luxembourg	8.81	8.81	8.68	8.68	8.81	8.81	8.81	8.81	8.88	8.88	8.88	8.88	8.88	8.88	9.10	9.10
Malta	7.93	7.70	7.57	7.68	7.95	8.21	8.15	8.39	8.39	8.39	8.28	8.28	8.28	8.28	8.39	8.39
Netherlands	9.00	9.00	8.88	8.96	9.01	8.89	8.89	8.80	8.92	8.92	8.84	8.99	8.99	8.99	9.53	9.66
Norway	9.81	9.81	9.75	9.81	9.87	9.87	9.87	9.93	9.93	9.93	9.93	9.93	9.80	9.80	9.68	9.55
Portugal	7.75	7.95	7.82	7.90	8.03	7.84	7.84	7.86	7.79	7.79	7.65	7.92	7.81	8.02	8.05	8.16
Spain	8.07	8.07	7.94	8.12	8.18	8.08	8.08	8.30	8.30	8.05	8.02	8.02	8.02	8.16	8.45	8.34
Sweden	9.39	9.39	9.26	9.26	9.39	9.39	9.39	9.39	9.45	9.73	9.73	9.73	9.50	9.50	9.88	9.88
Switzerland	9.14	9.14	8.90	8.83	9.03	9.03	9.03	9.09	9.09	9.09	9.09	9.09	9.09	9.09	9.15	9.02
Turkey	4.33	4.35	4.35	4.48	4.09	4.37	4.88	5.04	5.12	5.12	5.63	5.76	5.73	5.73	5.69	5.70
UK	8.28	8.28	8.10	8.54	8.52	8.53	8.53	8.36	8.31	8.31	8.31	8.21	8.16	8.16	8.15	8.08
average	8.37	8.36	8.22	8.29	8.35	8.35	8.38	8.40	8.42	8.41	8.41	8.44	8.40	8.45	8.61	8.60

Fonte: Unit, E. I. (2024). *Democracy Index 2023: Age of Conflict*. (p. 18).

No caso das eleições legislativas, tal como evidenciando por Cruz (1995) e observado na Figura 4, a abstenção cresceu após a década 70, atingindo valores superiores a 20% em 1983 e mantendo uma tendência de ascensão (Freire, 2000, p. 115). De acordo com Magalhães (2005, p. 1080), este declínio pode ser entendido de duas formas:

«normalização» da vida política ou uma violação das condições da democracia. No primeiro caso, o comportamento dos cidadãos pode significar a satisfação com as instituições democráticas, nas quais existe igualdade de oportunidades na participação e uma competição entre as elites políticas. Por outro lado, pode-se definir como um atentado às condições da democracia em situações de desigualdades estruturais sociais. Neste sentido, a abstenção dos eleitores com diferentes classes sociais, rendimentos e escolaridade sugere uma desigualdade política de participação.

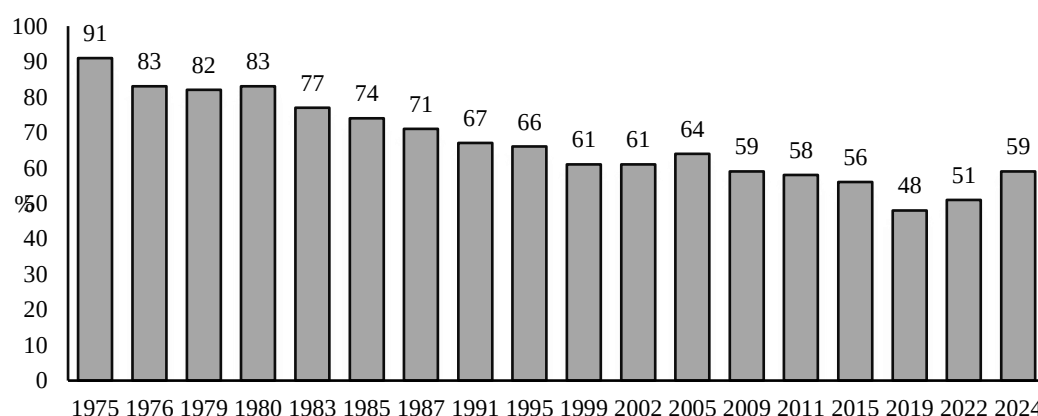


Figura 4. Taxa de participação nas eleições legislativas portuguesas, 1975-2024.

Fonte: <https://www.eleicoes.mai.gov.pt/>. Ver também Almeida (2022)

Cruz (1995) indica alguns fatores que podem explicar a participação eleitoral dos portugueses, entre 1975 e 1991, como, por exemplo, o envelhecimento da população, a litoralização do país e o aumento dos custos do exercício de voto nas regiões do interior. Adicionalmente, a magnitude da abstenção em Portugal sugere uma desconexão efetiva entre os cidadãos e o processo político. A mudança nos padrões de participação pode ser atribuída a vários fatores, nomeadamente à falta de representatividade, à ausência de identificação partidária e a uma estratégia política que não se concentra nas preocupações e valores dos eleitores, especialmente dos jovens. Essa estratégia pode incluir a maneira como os partidos comunicam suas propostas, a ausência de diálogo com a sociedade civil e a falta de atenção a questões que realmente importam para as novas gerações, como o emprego, a educação e as mudanças climáticas. A abstenção nas eleições legislativas

portuguesas é resultado da desigualdade, desinteresse e desconfiança face ao sistema político português (Magalhães, 2005, p. 1091).

Para reduzir os níveis de abstenção, Cancela & Vicente (2019) sugerem o aumento dos dias de eleição, eleições em simultâneo para todos os órgãos e a promoção da participação jovem. Fernandes-Jesus et al. (2015) argumentam que não é dada credibilidade aos jovens na esfera pública e, por isso, é necessário promover o acesso a mais informações e estimular o seu contacto com a esfera política, conduzindo a uma maior participação política juvenil. Quintelier (2007) aponta que são necessárias mudanças nos sistemas de registo de eleitores e do processo eleitoral, através da implementação do voto obrigatório ou da redução da idade para votar. É fundamental aprimorar os programas de educação cívica nas escolas e a promoção de formas alternativas de participação que estimulem uma maior ação política entre os jovens. Especificamente para fomentar a participação nas eleições autárquicas, Sousa & Maia (2017) sugerem, de acordo com medidas testadas noutros contextos, a atualização e informatização dos cadernos eleitorais, a implementação do voto eletrónico complementar ao voto presencial e a marcação de eleições num dia semanal com dispensa justificada do emprego.

2.2. O que sabemos sobre juventude e participação

Há três décadas, as organizações partidárias de juventude eram os principais veículos de mobilização política entre os jovens, tal como observado por Cruz (1990). Ainda assim, mesmo naquela época, já existiam sinais de diferenciação social entre os participantes dessas organizações. A participação estava sujeita a considerações ideológicas, ou seja, ao posicionamento esquerda-direita e às clivagens políticas. É importante investigar como esses fatores impactam a participação. Por exemplo, observa-se que aqueles que se posicionam mais à esquerda tendem a participar mais ativamente, impulsionados por uma maior mobilização em torno de questões sociais e de justiça. Além disso, é crucial identificar aquelas que são as clivagens mais significativas neste contexto. Clivagens como classe social, etnia e questões de gênero podem influenciar a forma como diferentes grupos se envolvem no processo político, destacando a complexidade da participação e a necessidade de uma análise mais detalhada.

Atualmente, a dinâmica mudou, e as adesões às organizações partidárias são frequentemente atribuídas às associações de estudantes e a grupos juvenis ligados a movimentos cívicos específicos (Ferreira et al. 2017). Este fenómeno sugere que os jovens encontram outras formas de expressar a sua ligação com a política, muitas vezes alinhada a causas específicas ou movimentos sociais, em vez de aderirem a partidos políticos tradicionais.

A juventude portuguesa, tal como observado por Augusto (2008), demonstra baixos níveis de mobilização política. A desconfiança nas instituições políticas e nas elites que as lideram desempenha um papel significativo nesse cenário. Esse sentimento de desconfiança contribui para uma desinstitucionalização das práticas políticas dos jovens, afastando-as das lógicas partidárias tradicionais.

Ferreira (2017) argumenta que a participação política dos jovens é moldada por fatores sociais, culturais e económicos. A juventude atual, marcada pela precariedade laboral e pela prolongação do ciclo de vida, desenvolve uma relação ambivalente com a política. Embora reconheçam a importância do envolvimento social, muitos jovens preferem formas de ativismo que não se enquadram nas estruturas tradicionais, como partidos e sindicatos. Essa preferência por métodos não convencionais reflete uma desilusão com as instituições tradicionais e uma procura por ações que consideram mais autênticas e relevantes para as suas vidas.

Além disso, Boulianne (2020) destaca a emergência de novas formas de mobilização, impulsionadas pelas tecnologias digitais. A internet e as redes sociais tornaram-se plataformas onde os jovens expressam as suas opiniões e se organizam em torno de causas específicas. Assim, embora os jovens se distanciem das práticas políticas institucionais, ainda mantêm um forte compromisso com o ativismo social e a defesa de causas que consideram importantes, como os direitos humanos e a justiça social. Esta dinâmica revela uma transição de uma participação política convencional para uma que valoriza a ação direta e a mobilização espontânea.

Magalhães & Moral (2008) destacam que a participação cívica e social dos jovens portugueses se manifesta sobretudo através de associações juvenis e desportivas, bem como organizações de cariz religioso ou paroquial. No entanto, a adesão a associações voltadas para o voluntariado é significativamente menor em comparação com outros países europeus. A justificação para essa baixa adesão é atribuída ao desinteresse e à falta

de tempo por parte dos jovens. A preferência por envolvimento em causas específicas, movimentos sociais e atividades comunitárias sugere um desejo de canalizar o seu ativismo de forma direta e alinhada a questões que consideram importantes. A transformação da natureza da participação política dos jovens destaca a necessidade de abordagens inovadoras por parte dos partidos políticos e outras instituições para envolver efetivamente essa faixa etária.

O tema do sentimento de influência dos jovens portugueses nos processos políticos revela uma série de nuances e contradições, tal como evidenciado pelos estudos de Silva et al. (2022), Silva & Costa (2022), Costa (2022), e Magalhães & Moral (2008). Por um lado, Silva et al. (2022) destaca que os jovens demonstram um elevado nível de autoeficácia política, sugerindo que os jovens acreditam que as suas opiniões e exigências são ouvidas pelo sistema político. Em contrapartida, Silva & Costa (2022) observam que, apesar desse sentimento de autoeficácia, os jovens apresentam baixos níveis de confiança nos agentes políticos. A falta de confiança é atribuída à perceção de fraca gestão pública e corrupção, indicando uma desconexão entre a confiança nas instituições políticas e a crença na própria eficácia. É interessante notar que, enquanto a sociedade portuguesa como um todo se demonstra insatisfeita com o funcionamento da democracia, os jovens adultos parecem apresentar um otimismo notável e um elevado interesse pela política, apesar de não se sentirem valorizados (Magalhães & Moral, 2008; Costa, 2022). Essa discrepância pode refletir a procura de uma voz ativa por parte dos jovens, mesmo fazendo parte de um ambiente político desafiante.

Magalhães (2022) destaca que, de um modo geral, os jovens portugueses participam menos em comparação com a média de 15 países europeus. Especificamente, os jovens portugueses entre os 15 e 24 anos demonstram uma participação política mais fraca, tanto em termos de participação “não convencional” quanto no exercício de voto, em comparação com os seus congéneres europeus. A semelhança entre os jovens portugueses e europeus na faixa etária dos 18 aos 24 anos reside na baixa participação em comparação com as demais faixas etárias. Numa análise comparativa, a faixa etária jovem revela níveis de envolvimento político muito baixos, além de estar menos exposta à informação política através dos meios de comunicação convencionais (Magalhães & Moral, 2008). Essa falta de exposição pode contribuir para a baixa participação, indicando que os jovens estão menos ligados aos canais tradicionais de informação política. Essa observação demonstra a importância de compreender os padrões de participação dos

jovens e de adaptar estratégias políticas para envolvê-los de forma mais eficaz, reconhecendo as mudanças nas formas de comunicação e informação na era digital.

2.3. As eleições autárquicas portuguesas

No contexto histórico português, a centralização das atividades do Estado durante o Estado Novo fez com que a administração local fosse uma extensão da administração central, que nomeava representantes locais. Porém, com a revolução de 25 de abril de 1974, houve uma mudança significativa. A Constituição de 1976 descentralizou o poder em três níveis, estabelecendo as autarquias locais, freguesias e concelhos, para além de uma administração especial para as regiões dos Açores e da Madeira (Freire, 2004).

O período pós-revolução pode ser dividido em três fases distintas, marcadas por intervenções estruturais, tal como estudado por Veiga & Pinho (2007).

A primeira, nos dez anos pós-revolução (1974-1984), nos quais as autarquias realizaram intervenções estruturais, nomeadamente ao nível das competências e finanças. A segunda fase é marcada pela adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, da qual o poder local português beneficiou devido ao aumento dos recursos financeiros disponíveis, permitindo a concretização dos projetos ambicionados pelos líderes locais. A última fase ocorreu em fins da década de 1990, quando houve um novo alargamento das áreas de atuação da administração local, particularmente na proteção do ambiente, solidariedade social, reabilitação urbanística e promoção do acolhimento empresarial. Deste modo, entende-se que a integração europeia teve um impacto significativo no poder local português.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (2023), o território nacional é dividido em 18 distritos, 308 concelhos e 3091 freguesias, sendo que as eleições autárquicas elegem três órgãos: a Câmara Municipal, a Assembleia Municipal e a Assembleia de Freguesia. Realizadas a cada quatro anos, o sistema eleitoral caracteriza-se por um sistema de representação proporcional com a utilização do método de Hondt para a conversão de votos em mandatos. As listas são compostas por partidos políticos, coligações de partidos e por grupos de cidadãos eleitores. Dito isto, os líderes locais sentem a necessidade de investir na demonstração da importância das políticas locais para criar uma maior ligação com os eleitores (Santo, 2007). Essa conexão é vital para garantir

que os cidadãos compreendam a relevância das eleições autárquicas e participem ativamente no processo democrático.

Após quase metade de um século com a ditadura do Estado Novo, eram necessárias reformas urgentes e, por isso, surgiram partidos no poder local, um dos primeiros avanços democráticos. Mais tarde, tal como Almeida (2022) apura no seu estudo, o governo central promoveu alterações às leis eleitorais, tais como a limitação de três mandatos, máximo de 12 anos (Lei n.º 46/2005 de 29 de agosto), a criação de grupos de cidadãos (Lei n.º 1/2001 de 14 de Agosto) e a lei da paridade (Lei Orgânica n.º 3/2006, de 21 de Agosto), de forma que Portugal fosse cada vez mais democrático, tanto a nível nacional como local.

As alterações permitiram a introdução de listas independentes, cruciais para a renovação do governo local e uma alternativa às elites partidárias, visto que, em grande medida, são os partidos que controlam as candidaturas locais. Esses avanços permitem intensificar a competitividade política e aumentar a confiança dos cidadãos nas instituições governamentais locais, contribuindo, conseqüentemente, para uma maior participação eleitoral. A lei da paridade tem efeitos positivos na participação das mulheres na política, incluindo as jovens, dado que se sentem encorajadas a participar ao ver outras mulheres a ocupar cargos políticos.

Atualmente, as eleições autárquicas são consideradas «*second-order elections*». Estas eleições são caracterizadas por níveis mais baixos de participação, sendo o resultado condicionado pela popularidade dos partidos nacionais; os partidos no poder registam uma queda em eleições de segunda ordem, e desta forma, os partidos pequenos beneficiam do protesto contra o governo (Reif et al. 1997, p. 112). As «*second-order elections*», ao contrário das «*first-order elections*», têm menos importância, pois, apesar de estarem sujeitas à influência da política partidária nacional, determinam cargos de menor importância, como funcionários regionais, municipais e locais em sistemas parlamentares (Reif et al. 1997, p. 111).

A participação eleitoral nas eleições autárquicas portuguesas é marcada por um percurso estável e uma diminuição gradual, com picos notáveis nos finais dos anos 70, impulsionados pelo entusiasmo pós-revolucionário (ver Figura 2). O período pós-revolucionário foi caracterizado por uma cultura política de participação ativa, onde os cidadãos sentiam a responsabilidade de promover o processo democrático em Portugal.

Nesse contexto, existiu uma notória vontade popular de participar em massa nas eleições, considerando-as como um dos pilares fundamentais da democracia (Santo, 2007). Contudo, de acordo com o estudo realizado por Sousa & Maia (2017), baseado em dados da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna (SGMAI) disponibilizados no portal PORDATA, as eleições autárquicas, a partir de 1979, revelam um aumento gradual da taxa de abstenção. Esse aumento foi particularmente notório, atingindo o seu valor máximo em 2013, com uma taxa de abstenção de 47,4%. Mais tarde, nas eleições autárquicas de 2021, a taxa de abstenção permaneceu elevada, atingindo novamente os 47%. Essa tendência de aumento da abstenção nas eleições autárquicas ao longo do tempo tem um grande impacto na democracia, e é fundamental compreender e identificar quais os fatores que contribuem para esse comportamento eleitoral.

O aumento da abstenção nas eleições autárquicas em Portugal não pode ser atribuído exclusivamente à falta de mecanismos que facilitem a participação dos cidadãos. Existem vários instrumentos disponíveis para os cidadãos participarem ativamente na vida política local, como referendos locais, intervenção em assembleias municipais, solicitação de reuniões extraordinárias, organização em associações de bairro com poderes consultivos e o direito de constituírem listas que concorrem com as listas partidárias (Sousa & Maia, 2017, pp.9). Porém, o desinteresse e a desinformação são fatores determinantes que levam os cidadãos a não participarem, apesar da disponibilidade desses meios.

O comportamento eleitoral dos cidadãos é muitas vezes justificado por variáveis individuais e contextuais, incluindo as condições socioeconómicas e o nível de escolarização. De acordo com o estudo de Sousa & Maia (2017), a participação eleitoral tende a ser maior em municípios com uma população mais envelhecida, níveis baixos de educação e com rendimentos mais baixos. Complementarmente, a participação é mais pronunciada nos municípios onde o poder local tem um peso significativo na vida das pessoas, seja através dos serviços prestados aos cidadãos ou em termos de emprego. Não obstante, as eleições locais contradizem a ideia de que a participação eleitoral dos cidadãos é maior quanto maior a proximidade aos órgãos a eleger (Freire & Magalhães, 2002, p. 74).

Em Portugal, bem como em outros países europeus, as eleições locais servem muitas vezes como uma forma de expressar o descontentamento com o governo nacional, o que pode conduzir a uma participação abaixo do esperado (Freire, 2004). Os ciclos

eleitorais — o intervalo entre as eleições locais e nacionais — desempenham um papel fundamental nesta relação. Quando as eleições locais coincidem com as nacionais, os eleitores frequentemente se sentem sobrecarregados por informações e debates, o que leva a uma diminuição da atenção às questões locais. Como resultado, a participação nas eleições locais pode ser prejudicada, uma vez que as preocupações da comunidade ficam ofuscadas pelas grandes questões nacionais.

Por outro lado, quando há uma distância maior entre as eleições locais e nacionais, as questões que impactam diretamente as comunidades ganham maior destaque. Esse espaço temporal permite que os eleitores se concentrem nas suas necessidades locais, incentivando um envolvimento mais ativo na política da sua região. Em contextos onde as eleições locais estão separadas das nacionais, os cidadãos tendem a sentir-se mais motivados a participar, pois têm a oportunidade de discutir e priorizar problemas que realmente afetam as suas vidas.

Adicionalmente, a forma como partidos e candidatos se posicionam em relação a esses ciclos eleitorais pode ter um impacto significativo na participação dos eleitores. Campanhas que destacam as questões locais e estabelecem conexões com preocupações mais amplas costumam mobilizar o eleitorado de maneira mais eficaz. Em contrapartida, campanhas que ignoram as questões locais correm o risco de alienar os cidadãos, resultando em desilusão e afastamento das urnas.

É importante ressaltar que há uma escassez de estudos focados nas eleições autárquicas em comparação com as eleições nacionais, o que resulta numa falta de compreensão sobre o papel dos jovens nesse contexto. Essa lacuna na literatura sublinha a relevância desta dissertação, que pretende explorar e aprofundar a compreensão da participação juvenil nas eleições locais e a sua interação com a dinâmica política.

3. Objetivos, perguntas, metodologia e perfil dos participantes

A presente investigação apoia-se nos capítulos teóricos anteriores como base para desenvolver um conhecimento histórico e detalhado da participação política dos jovens, que permitirá compreender melhor os resultados metodológicos discutidos mais à frente.

O objetivo principal desta investigação é compreender a relação entre os jovens e a sua participação política nas eleições autárquicas portuguesas, com o propósito de identificar os principais obstáculos que desmotivam o seu envolvimento e de explorar soluções que promovam uma inclusão mais efetiva desta faixa etária nos processos democráticos a nível local. Especificamente, o estudo procura entender os fatores que distanciam os jovens dos processos eleitorais, bem como avaliar o potencial de estratégias que incluam o reforço dos canais de comunicação digital — com destaque para as redes sociais — e a implementação de iniciativas de participação direta, como os orçamentos participativos, que incentivem uma cidadania mais ativa.

Em particular, esta análise incide sobre fatores que contribuem para o desinteresse juvenil, tais como a perceção de que as suas vozes são frequentemente desvalorizadas e a falta de informação sobre as funções e impacto das autarquias. Estes fatores reforçam uma sensação de desconexão entre os jovens e a política local. Ao abordar estas barreiras, a investigação visa delinear soluções que não só aumentem a inclusão dos jovens, mas que também fomentem um sentido de pertença e responsabilidade cívica, impulsionando o seu envolvimento nas decisões que moldam as suas comunidades.

Para atingir esse objetivo, esta investigação pretende responder às seguintes questões:

- i. Estamos perante uma crise de participação política jovem a nível local?
- ii. Quais são as principais preocupações do/as jovens em relação à política local?
- iii. Quais as razões que justificam a não-participação do/as jovens? Será a desafeição, desconfiança ou desinformação, os principais motivos?
- iv. Quais as soluções para aumentar a participação política do/as jovens a nível local?

A escolha de *focus group* como metodologia teve como objetivo fornecer uma análise profunda das atitudes e visões dos jovens. A discussão entre os participantes através de um guião estruturado (Anexo I) pode revelar tanto as barreiras que enfrentam, como o seu interesse, ou até as possíveis soluções para aumentar a participação.

Os *focus groups* são uma técnica de recolha de dados qualitativa frequentemente utilizada em investigações sociais e de mercado, cujo objetivo é identificar as perspetivas, opiniões e atitudes dos participantes através de uma dinâmica de grupo. Segundo Krueger (1994), os *focus groups* oferecem uma plataforma que permite explorar em profundidade as experiências dos participantes num ambiente colaborativo. Geralmente, são compostos por um grupo de 6 a 12 participantes que têm alguma experiência ou envolvimento com o tema em discussão. A seleção dos participantes é feita com o cuidado de garantir que representam o público-alvo da temática (Morgan, 1996).

A discussão é conduzida por um moderador, que é responsável por guiar a conversa, fazer perguntas e assegurar que todos os participantes têm a oportunidade de expressar a sua opinião. Stewart & Shamdasani (2015) destacam que o moderador deve ser habilidoso em fomentar uma atmosfera de confiança, permitindo que os participantes se sintam à vontade para partilhar as suas ideias. A conversa segue um guião com perguntas previamente definidas, mas existe flexibilidade para explorar tópicos que possam surgir espontaneamente.

As discussões costumam acontecer em ambientes descontraídos, para que os participantes se sintam à vontade para partilhar opiniões de forma aberta e honesta (Barbour, 2007). Complementarmente, as discussões são gravadas com consentimento dos participantes, em vídeo ou áudio, para análise posterior.

A grande vantagem desta metodologia é o facto de permitir não apenas a expressão individual de opiniões, mas também de incentivar a interação entre os membros do grupo. Essa interação, por sua vez, enriquece o processo de recolha de dados, já que as discussões podem originar novas ideias que raramente surgiriam numa entrevista individual ou num questionário tradicional (Hennink et al., 2017).

Esta técnica apresenta características particulares que a tornam especialmente útil em investigações sobre o comportamento político. Uma das principais razões pela qual os *focus groups* são adequados para este tipo de estudo está na sua capacidade de proporcionar um espaço de debate coletivo, onde os participantes não apenas partilham as suas visões sobre a participação política, mas também são influenciados pelas opiniões e argumentos dos outros participantes. Isto é especialmente relevante quando se investiga fenómenos sociais, uma vez que as atitudes e comportamentos são frequentemente influenciados por dinâmicas de grupo ou pressões sociais (Tindall & Davies, 2016).

De acordo com Cyr (2016), os *focus groups* permitem a análise em três níveis: “the individual, the group, and the interaction”. Este terceiro nível, “*the interaction*”, é particularmente importante porque revela como as percepções individuais podem evoluir e ser moldadas através do diálogo e da troca de ideias com outros participantes. No caso da participação política, isto pode significar que jovens inicialmente desinteressados ou céticos em relação às eleições possam reconsiderar as suas opiniões ao ouvirem os argumentos e experiências de outros jovens.

Outro fator que justifica o uso dos *focus groups* nesta investigação é o aprofundar de questões sensíveis e complexas. Como aponta Cyr (2017), “The open nature allows for spontaneity and a free discussion on specific topics” (p. 1098), que pode explorar temas como a falta de confiança no sistema político ou a desinformação sobre o processo eleitoral. Esta ideia é reforçada por Morgan (1996), que aponta que os métodos quantitativos, como os inquéritos, muitas vezes falham em captar as motivações subjacentes às decisões dos participantes. Enquanto os inquéritos se limitam a perguntas diretas, como “se votam ou não”, os *focus groups* permitem uma análise mais profunda, explorando o “porquê” por trás das decisões.

Esta abordagem qualitativa vai além das respostas superficiais, permitindo que os participantes discutam motivações, dúvidas e experiências relacionadas à participação eleitoral. Nos *focus groups*, os indivíduos têm a oportunidade de interagir entre si, o que pode levar a debates mais ricos e padrões emergentes que não seriam capturados em inquéritos. Além disso, não tendo dados sobre os padrões de participação em eleições autárquicas, esta metodologia pode sugerir pistas que podem ser exploradas por estudos de outra natureza.

Nesta investigação, os *focus group* foram organizados em três sessões, cada uma com cinco participantes, totalizando 15 jovens que participaram nas discussões *online* entre junho e agosto de 2024, através da plataforma Zoom. A Tabela 1 apresenta a distribuição dos participantes por grupo e a duração de cada uma. No anexo III podem ser consultadas as composições detalhas. Com o consentimento dos participantes, todas as sessões foram gravadas e os dados foram anonimizados; os nomes apresentados são fictícios e todas as informações obtidas são exclusivamente para análise científica desta investigação. Um total de 19 candidatos preencheu o formulário de inscrição para os *focus groups*.

A formação dos grupos foi realizada com base na disponibilidade dos candidatos em dias específicos. Quando havia mais de cinco candidatos disponíveis, consideraram-se fatores adicionais na seleção, como a idade, o género e a localidade. A localidade foi especialmente enfatizada, pois é importante para identificar diferenças de opiniões e perspetivas.

Adicionalmente, é relevante mencionar que o processo de seleção não foi aleatório, e a escolha dos participantes teve em conta a diversidade das experiências e das características demográficas. Embora os grupos tenham sido formados com cuidado para refletir essa diversidade, foram identificadas algumas limitações. Por exemplo, a amostra pode não representar integralmente todas as faixas etárias ou contextos socioeconómicos, o que pode influenciar a generalização dos resultados. Estas considerações metodológicas são fundamentais para a interpretação dos dados recolhidos e para a validação das conclusões da pesquisa.

Tabela 3. Número de participantes por cada *focus group* e duração dos grupos.

Grupos	Número de participantes na discussão	Duração da discussão
Grupo 1	5	1h45
Grupo 2	5	1h15
Grupo 3	5	1h00

A seleção dos participantes foi feita através de canais de partilha, nomeadamente as redes sociais (Facebook, Instagram, LinkedIn, WhatsApp, X) e presencialmente, através da exposição de cartazes apelativos (Anexo II).

Nas figuras seguintes estão resumidas as informações sobre a idade e o género dos participantes, bem como as suas habilitações literárias, área de estudo e situação profissional. Dez dos participantes são do género masculino (67%) e cinco do género feminino (33%) (Figura 5), entre a faixa etária dos 18 e os 26 anos (Figura 6). Relativamente às habilitações literárias, dez participantes possuem uma licenciatura, cinco concluíram ou estão a concluir o mestrado e um possui uma pós-graduação (Figura

7). Quanto à área de estudo, contamos com quatro participantes de Ciência Política, de seguida dois de Relações Públicas e Comunicação Empresarial e oito participantes das restantes áreas mencionadas (Tabela 1). Por fim, sobre a situação profissional, sete participantes são estudantes, seis trabalham por conta de outrem e dois são trabalhadores-estudantes (Figura 8).

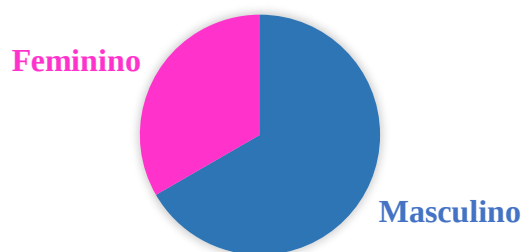


Figura 5. Distribuição de participantes em função do género (%).

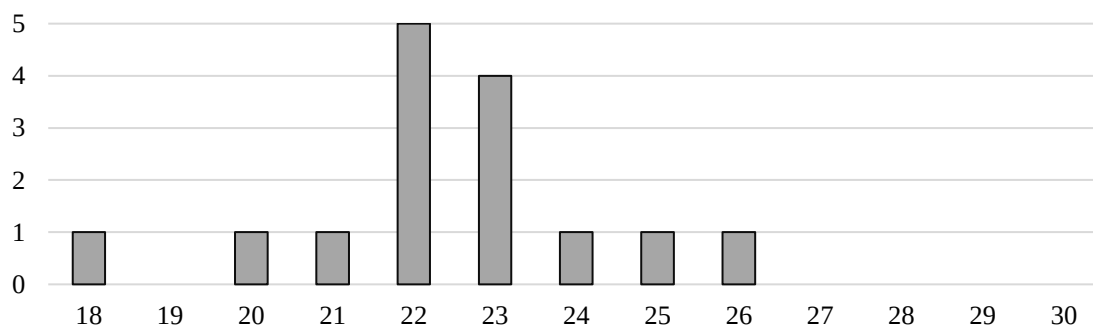


Figura 6. Distribuição de participantes em função da idade (frequência).

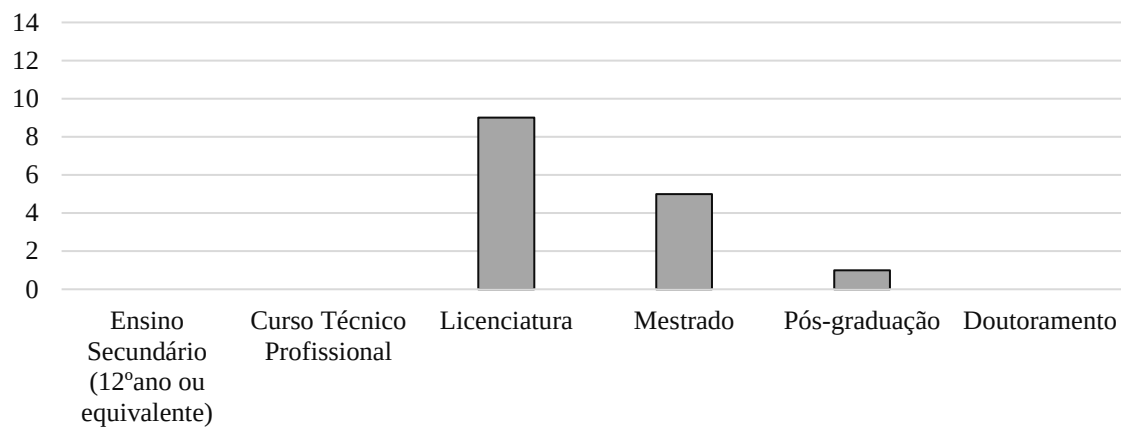


Figura 7. Distribuição de participantes em função das habilitações literárias.

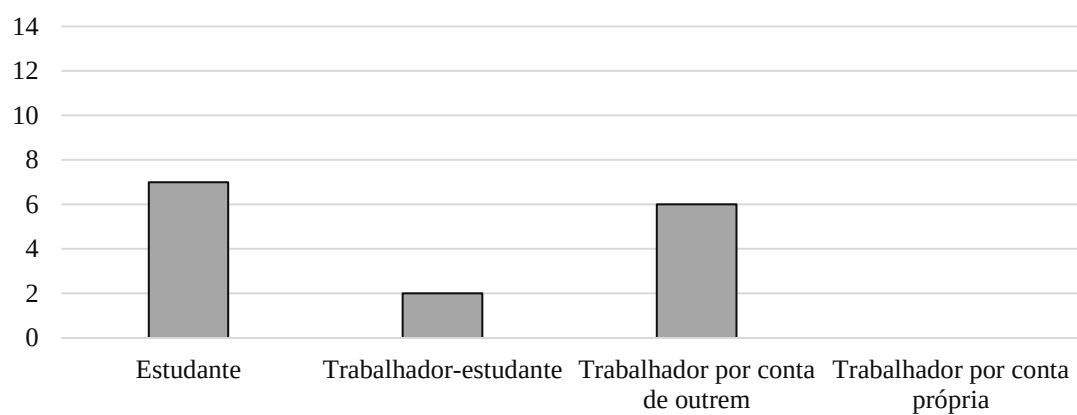


Figura 8. Distribuição de participantes em função da situação profissional.

Tabela 4. Distribuição de participantes em função da idade, situação profissional, área de formação e origem geográfica.

Nome	Idade	Situação profissional	Área de formação	Origem geográfica
Gabriel	18	Estudante	Biotecnologia	Grande Lisboa
Guilherme	22	Estudante	Ciência Política	Centro
Jéssica	23	Trab p/conta de outrem	Comunicação	Península de Setúbal
João	25	Estudante	História	Norte
Leonardo	22	Trab p/conta de outrem	Marketing	Grande Lisboa
Maria	23	Trab-estudante	Ciência Política	Grande Lisboa
Nelson	22	Trab p/ conta de outrem	Estudos Africanos	Grande Lisboa
Paulo	23	Estudante	Ciência Política	Centro
Rafaela	23	Trab-estudante	Direito	Grande Lisboa
Raimundo	21	Estudante	Contabilidade	Grande Lisboa
Rosa	22	Trab p/conta de outrem	Relações Públicas	Grande Lisboa
Rui	26	Trab p/conta de outrem	Administração Pública	Norte
Rute	22	Estudante	Fisioterapia	Grande Lisboa
Telmo	24	Trab p/conta de outrem	Relações Públicas	Grande Lisboa
Tomé	24	Estudante	Ciência Política	Grande Lisboa

4. Análise e resultados

Na componente prática desta investigação, identificaram-se os temas principais que se destacaram entre os participantes dos *focus group*. Durante a análise dos dados, foi sempre considerado o tamanho reduzido da amostra, o que impede conclusões definitivas. No entanto, a diversidade geográfica dos participantes proporcionou um contraste interessante, tendo em conta as diferenças nas dimensões das localidades representadas e nos problemas que cada uma enfrenta.

A análise das discussões dos *focus group* destaca cinco temas principais, com particular foco no tema central desta investigação: as eleições autárquicas.

Em primeiro lugar, destacam-se os **pontos de vista dos jovens sobre a situação política atual**, marcados por desconfiança e desinteresse, com muitos a sentirem-se distantes dos eleitos e preocupados com o rumo do seu país. Quanto ao **papel das eleições autárquicas**, apesar de todos reconhecerem a sua importância, a participação é frequentemente considerada "vazia", devido à ideia de inutilidade do voto e à previsibilidade dos resultados. Neste contexto, são também realçados os **problemas que afetam as suas localidades** e que, na opinião dos jovens, merecem maior atenção das autoridades competentes. Por fim, são apresentadas algumas **soluções para aumentar a participação nas eleições autárquicas**.

4.1. O desinteresse e as preocupações dos jovens face à política atual

No debate sobre o interesse dos jovens pela política, surgiu um padrão comum entre todos os grupos analisados: o interesse político tende a manifestar-se mais tarde, geralmente quando os jovens entram na faculdade ou começam a sua carreira profissional. Antes desse período, a relação com a política é frequentemente limitada e, muitas vezes, marcada por um desinteresse generalizado, que pode ser interpretado como uma falta de conhecimento sobre questões políticas, especialmente até ao fim do ensino secundário. Apesar deste interesse emergir mais tarde, a ida às urnas permanece uma prática comum, embora muitas vezes vista quase como uma obrigação. A exceção a esta tendência são os participantes que, de alguma forma, tiveram uma experiência direta com a política, seja através dos familiares e amigos ou da participação em juventudes partidárias, associações

de estudante ou trabalhando nas mesas de voto durante as eleições. Estes indivíduos tendem a demonstrar um interesse mais profundo e consistente por questões políticas, tal como descreveu o participante Rui:

“Engraçado que, desde muito pequeno, em casa sempre tivemos o hábito, e os meus pais sempre tiveram o hábito, de discutir o que era isto da política. Sempre, desde pequenino, fui habituado a ver o telejornal, a perceber o que se passava e a discutir sobre os assuntos. Isso fez com que, por volta dos 15, 16 anos, eu fosse bater à porta de uma juventude partidária aqui em [O meu concelho] e dissesse: "Eu quero participar!"”.

Os participantes estão atentos à política nacional, mas mantêm uma visão pessimista e desconfiada em relação à situação atual. Um ponto de consenso é a ideia de que o sistema político português é dominado por dois grandes partidos, o Partido Socialista (PS) e o Partido Social Democrata (PSD). Consequentemente, como refere João, "Essa alternância entre partidos bipartidários cansa, e o problema é que, quando as pessoas se cansam, tendem a procurar algo mais extremo."

Além disso, os jovens estão convictos de que os partidos e os políticos estão mais preocupados com os seus próprios interesses do que com os das pessoas que representam, originando uma falta generalizada de confiança e na sensação de que as expectativas não estão a ser atingidas.

Foram também destacadas as questões que os participantes consideram de resposta urgente. Nesse contexto, a saúde e a habitação são os temas que mais preocupam, como ilustrado na Figura 11, que apresenta os problemas identificados pelos participantes.

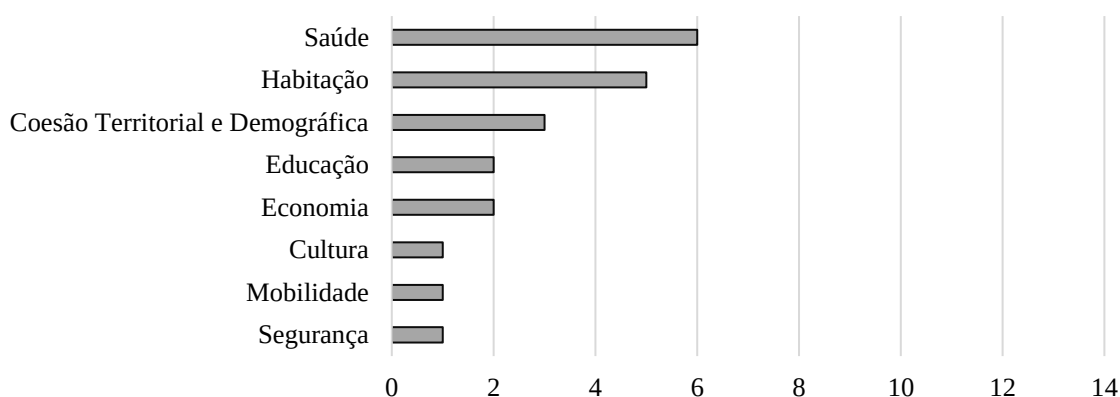


Figura 9. Saliência das questões que exigem respostas urgentes para os jovens.

Notas: Respostas à pergunta: “Para vocês, quais são as questões que exigem respostas urgentes no nosso país?”.

4.2. Problemas das autarquias locais

Anteriormente, ficou claro que os participantes demonstram insatisfação não só com a política nacional, mas também com o poder local. Neste contexto, é importante fazer uma distinção entre as diferentes dimensões das localidades em que os participantes estão inseridos, de modo a compreender as variações ou até mesmo as semelhanças nos problemas enfrentados por todos. Esta distinção permite identificar como as dificuldades podem ser agravadas ou atenuadas em função do tamanho das localidades e dos recursos disponíveis, permitindo uma visão mais precisa sobre as necessidades específicas de cada comunidade.

Tabela 5. Síntese dos problemas locais identificados pelos participantes.

Problemas locais	Argumentos	Citações
Mobilidade	- Dependência do transporte privado; - Difícil acesso a serviços; - Falta de transportes públicos; - Sensação de isolamento; - Trânsito.	<i>“(…) não há oferta de transportes públicos para as periferias do concelho e para as freguesias mais distantes do centro”.</i> <i>“(…) [A minha cidade] cresceu em população, não cresceu em tamanho.”</i>
“Clientelismo”	- Desconfiança na realização de obras público/privadas; - Falta de transparência; - Decisões inadequadas às necessidades.	<i>“Se o dinheiro é obtido de forma ilícita ou não, isso não consigo dizer (…).”</i> <i>“(…) a folha que entra por baixo pode passar para cima e ser o primeiro processo a andar.”</i>
Serviços Públicos	- Carência de serviços essenciais.	<i>“(…) parece um sonho falar de centro de saúde, de bombeiros e assim. E supermercados e hipermercados (…).”</i>
Ordenamento do território	- Manutenção inexistente das bermas, estradas e passeios.	<i>“(…) os passeios aqui têm algumas zonas onde há árvores e, por causa das raízes, os passeios ficam irregulares.”</i>

4.2.1. Crise de mobilidade e excesso de zonas habitacionais

Nas localidades de menor dimensão, um dos principais problemas enfrentados é, sem surpresas, a mobilidade, que limita severamente o acesso dos residentes a serviços essenciais e oportunidades de trabalho e educação. A falta de transportes públicos torna-se um obstáculo para quem vive em freguesias afastadas dos centros urbanos, agravando a sensação de isolamento e dificultando a integração plena na vida económica e social, como enfatiza Rui:

“(...) não há oferta de transportes públicos para as periferias do concelho e para as freguesias mais distantes do centro. [O meu concelho] é um território muito disperso e temos freguesias que, para fazer uma viagem de ir ao centro da cidade e voltar para casa, demoram mais ou menos uma hora e meia. Muitas vezes sem autocarros ao fim de semana, sem transporte público ao fim de semana e, durante a semana, dois ou três autocarros para cada lado, o que é uma coisa que não se justifica”.

Além disso, a dependência do transporte privado aumenta, o que não só impacta financeiramente as famílias, mas também contribui para o congestionamento das vias, tal como percebemos de seguida.

Rafaela, que vive numa localidade da Grande Lisboa com uma oferta mais robusta de transportes públicos, incluindo comboios e autocarros, não enfrenta os mesmos desafios. A disponibilidade adequada de meios de transporte na sua área permite uma maior acessibilidade e facilita a mobilidade dos residentes, evidenciando como a dimensão e os recursos disponíveis podem impactar significativamente a experiência de vida local.

Um problema transversal que afeta muitas localidades é a discrepância entre o crescimento populacional e a expansão física da área, como aponta João:

“O problema é sempre mobilidade, e acho que [A minha cidade] neste momento está a ter a pior crise de mobilidade possível. [A minha cidade] cresceu em população, não cresceu em tamanho. Ou seja, acumulámo-nos no centro e, quando era miúdo, havia só uma hora de grande trânsito, que costumava ser logo de manhã. Agora tens três horas de trânsito: de manhã, a meio do dia e à tarde. E o trânsito já não é só nas principais vias, é em toda a cidade”.

Em consequência, há uma sobrecarga nas infraestruturas existentes, com o crescimento da população e um aumento significativo no número de veículos. Este crescimento desproporcionado resulta em congestionamentos de trânsito mais frequentes e dificuldades acrescidas no estacionamento, como mencionam Gabriel e Rafaela:

“Depois, um grande problema que a minha junta enfrenta é o estacionamento. Há demasiados carros e não há estacionamento suficiente; até já estão a estacionar no meio da estrada e tudo”.

“Eu diria que o problema aqui nesta zona é haver demasiada habitação e, consequentemente, demasiados carros e, consequentemente, zero estacionamento”.

Associada ao tema da falta de estacionamento, surge a questão da habitação. Como sabemos, o nosso país atravessa uma grave crise de habitação, uma vez que os preços dos imóveis são elevados devido à alta procura. Assim, como Rui refere: “Tem havido um esforço para começar a construir mais, e nota-se que a construção está a ser feita.” Contudo, João acredita que essa obsessão pela habitação traz consequências negativas para o comércio, que acaba por ser negligenciado.

“O pessoal que quer ir para um cafézinho já não existe porque o que interessa mais à freguesia local é que construam casas para as pessoas virem morar, para terem mais votos também e para terem também os impostos de casa que costumam ser melhores do que os impostos comerciais”.

4.2.2. “Clientelismo” no governo local

Embora a construção ativa de mais habitação e de outras obras seja algo positivo, os jovens manifestam uma certa desconfiança em relação à maneira como estas são realizadas. Os participantes argumentam que o sistema português continua a ser bastante burocrático, e muitas vezes surgem casos de "clientelismo". Telmo menciona que, ao andar no seu concelho, um subúrbio de Lisboa, observa frequentemente obras em andamento; no entanto, questiona-se sempre sobre a forma como estão a ser executadas:

“Se o dinheiro é obtido de forma ilícita ou não, isso não consigo dizer e também não procuro muita informação. [...] Mas a questão é que as coisas são feitas.

Diria que estou satisfeito com o desempenho, mas tenho claramente a noção de que as coisas talvez não sejam feitas de forma 100% correta, o que me deixa de pé atrás. No fundo, elas são feitas, o que também dá alguma satisfação”.

A norte, em localidades de menor dimensão, Rui e João identificam o mesmo problema: a falta de transparência e a desconfiança nas obras públicas.

“Muitas vezes, quando se tem canais mais diretos com o poder político, a folha que entra por baixo pode passar para cima e ser o primeiro processo a andar. Há histórias em [A minha cidade] de ter um apartamento em cada prédio, por causa de facilitar nesses processos de licenciamento de prédios”.

“(…) tem havido problemas de casos de corrupção, não queria chamar corrupção, mas clientelismo dentro da área da construção. Seria um caso de "faz isto assim e consegues pôr-te na lista de prioridades da fichinha de concessão um bocadinho mais alto”.

Para além da desconfiança, existe também um sentimento de distanciamento em relação ao poder local. Paulo revela que as decisões tomadas frequentemente entram em conflito com as aspirações e necessidades da população:

“Para dar um exemplo, havia um mercado semanal e, no mesmo espaço, havia uma dinâmica cultural aos sábados durante o verão. A Junta decidiu iniciar obras nesse mesmo espaço durante o verão, sem dar alternativa nem para o mercado nem para a dinâmica cultural aos sábados durante o verão, nem para as festas religiosas da terra”.

Esta disparidade entre as decisões tomadas e as necessidades práticas da comunidade origina frustração, levando muitos a questionar a eficácia dos representantes eleitos. Além disso, essa desconexão pode resultar numa falta de participação cívica, uma vez que os cidadãos se sentem desmotivados a interagir com um sistema distante e indiferente às suas preocupações.

4.2.3. Falência dos serviços públicos

Quanto aos serviços públicos, Rafaela, residente em Lisboa, destaca que a sua localidade carece de um centro de saúde, de bancos, de supermercados e até de bombeiros. Da mesma forma, Rui que vive no norte do país, expressa uma preocupação semelhante, afirmando:

“Deixa-me acrescentar que parece um sonho falar de centro de saúde, de bombeiros e assim. E supermercados e hipermercados então também é uma coisa que acho que está fora do alcance da imaginação do eleitor médio, do cidadão médio da freguesia. E, quando dizes banco mesmo, nós temos uma caixa multibanco na junta de freguesia, mas foi uma luta, eu diria de mais de 15 anos para conseguir ter uma caixa multibanco, que tem lugar há dois anos mais ou menos”.

Estas declarações refletem a realidade difícil que ambos enfrentam nas suas localidades, evidenciando a falta de serviços essenciais que impacta a qualidade de vida dos residentes.

Outro problema destacado pelos participantes foi o ordenamento do território, especialmente em relação às bermas e aos espaços públicos. Embora possa parecer um tema inesperado, a nível local existe uma grave questão relacionada com a limpeza e manutenção dos passeios e das estradas, como expõe Jéssica:

“Além disso, há uma queixa um pouco mais específica: os passeios aqui têm algumas zonas onde há árvores e, por causa das raízes, os passeios ficam irregulares. A câmara não costuma tratar desses assuntos. Isso incomoda um pouco, principalmente porque penso que moram aqui pessoas mais velhas (...)”.

Este problema é uma realidade em todo o país. Rui menciona que uma das principais preocupações da sua localidade é a limpeza das ruas e dos montes. "Na minha rua, as ervas nas bermas estão muito altas. O senhor presidente da junta não faz nada nem manda limpar a beira da estrada." A situação das estradas portuguesas não é melhor. João acrescenta que há muitos cidadãos que se queixam: "Há um buraco na minha estrada que já lá está há 10 anos. Está cada vez maior e ninguém vai lá para resolver".

4.2.4. Nota positiva para os órgãos autárquicos

No entanto, nem todos os participantes partilham uma visão negativa em relação ao poder local. Apesar das dificuldades enfrentadas, alguns reconhecem que as autoridades locais têm sido capazes de responder a muitas das necessidades do quotidiano. Para esses participantes, a gestão autárquica demonstra uma capacidade de resolução, ainda que com algumas limitações.

Maria, por exemplo, partilha uma experiência positiva ao relatar que um problema que reportou foi resolvido no espaço de cinco meses, o que lhe transmitiu uma sensação de confiança nas autoridades locais.

Telmo reforçou essa ideia ao observar a frequência com que as obras públicas/privadas são realizadas no seu concelho. O ritmo constante de desenvolvimento alimenta a perceção de que as melhorias estão a ocorrer de forma significativa, contribuindo para o bem-estar da comunidade, mesmo face a algumas inquietações, como foi mencionado anteriormente. Do mesmo modo, Leonardo reconhece o impacto positivo do poder local no seu dia a dia, uma vez que os problemas existentes são sempre abordados e, na maioria das vezes, resolvidos.

Rosa, por sua vez, exprime contentamento com as medidas sociais implementadas pela sua autarquia, sentindo que estas estão a ter um impacto positivo.

“Comecei a juntar-me às reuniões da Junta, que são abertas para as pessoas irem lá falar o que as incomoda. [...] E o que é que eu comecei a perceber? Que eles fazem muita coisa e implementam muitas medidas que, muitas vezes, nós não nos apercebemos, mas que, de alguma forma, as nossas reclamações chegaram lá [...]. Mas agora percebo a ligação e estou contente com as medidas, principalmente as que a Junta está a tomar, porque eu também procurei saber”.

Assim, embora existam críticas, alguns participantes conseguem ver e valorizar os esforços do poder local em melhorar a vida nas suas comunidades, o que sugere que a eficácia das autarquias pode variar consoante a gestão e as necessidades de cada território.

4.3. O papel e a importância das eleições autárquicas

O tema desta investigação são as eleições autárquicas, e será esse o principal objeto da seguinte análise. Primeiramente, é importante compreender a relação dos participantes com as eleições autárquicas, conhecendo as suas primeiras experiências sobre esse ato eleitoral. Neste sentido, a análise concentrou-se também na avaliação do desempenho do poder local, o que permitiu entender de que forma os participantes avaliam os seus representantes locais, bem como estes abordam as questões comunitárias. Os resultados evidenciaram diferentes níveis de satisfação e insatisfação, refletindo uma diversidade de opiniões sobre a gestão local. É possível observar que as prioridades variam significativamente conforme as dimensões das localidades onde os participantes residem. Assim, as diferenças entre áreas urbanas e rurais, bem como entre localidades de diferentes tamanhos, revelam-se fatores relevantes para compreender de que forma estas variáveis influenciam as preocupações locais e as expectativas em relação às autoridades competentes.

Neste contexto, é fundamental reconhecer que, independentemente da tipologia das eleições, das dimensões das localidades ou das questões em causa, a participação política é um elemento essencial. A valorização do voto é indispensável, como salienta a participante Rafaela:

“E depois não sei se acham que é porque o direito ao voto está legislado na Constituição, que é um direito absoluto, mas enganam-se porque já houve alturas em que não estava lá. E apesar de hoje em dia estar, não quer dizer que vá estar para sempre. Então, acho que o direito ao voto é uma questão muito importante, mas não só para marcar a presença de pôr a cruzinha. Temos que ter a cabeça de por que é que vamos votar, vamos votar naquele partido porque, o que é que aquilo vai influenciar na nossa vida”.

Essa falta de envolvimento consciente pode influenciar as primeiras experiências dos jovens em eleições, levando-os a ver o voto apenas como um dever cívico, sem compreender plenamente a importância desse ato.

4.3.1 As primeiras experiências vazias dos jovens

Um dos primeiros contatos diretos que os jovens têm com o poder local ocorre através das eleições autárquicas. A maioria dos participantes teve apenas a experiência das eleições de 2021, embora, naquela altura, devido à sua idade, não demonstrassem grande interesse pelo processo. Estes jovens votaram simplesmente para cumprir o seu dever cívico, sem estarem devidamente informados sobre os temas políticos em voga. Um exemplo disso é o caso de Maria, que, tal como outros, foi incentivada pelos pais a votar: “Ah, já podes votar, já podes votar!”, mas, depois de o fazer, sentiu que a experiência não teve o impacto que esperava. “Isto são eleições? Fui lá só para votar em branco?”, questionou-se.

Este cenário não é exclusivo. Muitos destes jovens, nas primeiras eleições autárquicas, enfrentaram o mesmo desafio. Rosa, por exemplo, afirmou: “Eu não percebia de política e não conhecia os partidos ou programas... votava porque era o dever”. Por outro lado, os participantes mais informados são provenientes de freguesias de menores dimensões e que iniciaram a sua vida política desde muito cedo, participando ativamente nas primeiras eleições autárquicas. Esse envolvimento precoce parece estar ligado à proximidade com a realidade local e às oportunidades de participação direta nas decisões que afetam a sua localidade.

Telmo partilhou outro sentimento comum: a perceção de que o seu voto era inútil, pois “o desfecho parecia já ser praticamente conhecido, devido ao poder que o partido ou candidato em questão detinha”. A previsibilidade dos resultados é uma questão transversal, independentemente da dimensão da localidade dos participantes, reforçando a ideia de que o sistema político português é frequentemente dominado pelo bipartidarismo.

A acessibilidade ao ato eleitoral foi também um tema abordado. Todos os participantes consideraram que a logística do processo era bastante facilitada, como observou Jéssica: “Só faltava ser mesmo à porta da minha casa”. Contudo, Tomé sublinhou um ponto importante: ainda existem grandes dificuldades de acessibilidade para cidadãos com deficiência. A melhoria da acessibilidade é um tema pertinente para assegurar que todos os cidadãos possam participar nas eleições de forma plena e sem dificuldades. Apesar das últimas medidas implementadas nas eleições legislativas de

2024, que permitiram o voto em qualquer mesa com o cartão de cidadão, ainda existe muito caminho a percorrer.

4.4. O (des)interesse dos jovens nas eleições autárquicas

A participação política dos jovens nas eleições autárquicas gerou diferentes opiniões entre os participantes dos grupos. Alguns veem sinais positivos, acreditando que os jovens estão cada vez mais envolvidos na política local através de formas diferentes de participação e observando avanços na consciencialização política. Por outro lado, há preocupações sobre a participação ainda insatisfatória dos jovens. Problemas como falta de interesse e desconexão com a política local são frequentemente mencionados, sugerindo que o nível de envolvimento ainda não é suficiente. Além disso, há quem adote uma posição mais ambígua, indicando que a situação depende das atitudes individuais dos jovens, sem assumir uma opinião definitiva sobre o tema.

Tabela 6. Síntese dos obstáculos à participação identificados pelos participantes.

Obstáculos	Argumentos	Citações
Desinteresse	- Desconhecimento dos candidatos; - Maior interesse em eleições legislativas.	<i>“(...) têm completo desinteresse e não querem de todo saber das autárquicas”.</i>
Desinformação	- Diferenças de informação entre legislativas e autárquicas; - Comunicação social prioriza as legislativas; - Pouca cobertura mediática das autárquicas.	<i>“(...) culpa da comunicação social, das televisões que falam menos sobre essas eleições (...)”.</i>
Inutilidade do voto	- Um voto não faz diferença; - Responsabilidade dos mais velhos.	<i>“(...) pensamos “ok, vamos deixar isso para os mais velhos”.</i>

4.4.1. Visão esperançosa da participação jovem

Os participantes com uma visão mais otimista observam que os jovens estão a envolver-se de forma crescente na política local, aproveitando as diversas formas de

participação disponíveis como diálogos online, petições e manifestações, conforme destaca Rui:

“O que sinto é também um bocadinho do que foram dizendo: que os jovens hoje em dia têm maneiras de participar que não são só estas formas institucionais e tradicionais de fazer parte da lista e andar com o candidato e por aí fora. Hoje em dia, temos as redes sociais, e vamos imaginar na rede X se eu puser lá publicações recorrentemente sobre política e sobre o estado da minha cidade e da minha freguesia, isso é uma maneira também de participar ativamente e politicamente sobre os assuntos”.

Uma das ideias discutidas foi que, ao contrário das eleições legislativas, em que as decisões políticas podem parecer distantes ou abstratas, as eleições autárquicas abordam diretamente questões do quotidiano, que influenciam de forma mais imediata o ambiente onde os jovens vivem, estudam e trabalham. Decisões relacionadas com transportes, infraestruturas, espaços públicos, educação ou até eventos culturais são tomadas a nível local, e os seus efeitos são sentidos de forma mais rápida e tangível e, de acordo com Jéssica:

“(...) os jovens têm interesse, até porque muitas vezes as eleições autárquicas são as que têm efeitos mais imediatos ou onde podem ver as suas necessidades respondidas, pois são relacionadas com o local onde vivem e passam o dia”.

Paulo, por sua vez, destaca a sua experiência como agente eleitoral e a influência da sua rede de contactos. Ele nota que os jovens que votam nas eleições legislativas também tendem a participar nas eleições autárquicas. Esta observação sugere que a familiaridade com o processo eleitoral e a consciência da importância das questões locais contribuem para uma maior participação dos jovens em ambos os processos eleitorais.

4.4.2. As barreiras enfrentadas pelos jovens

Uma visão mais negativa dos participantes sugere que os jovens demonstram pouco interesse pelas eleições locais, tanto por desinteresse quanto por barreiras que os impedem de participar.

Por um lado, para Rosa, a (não)participação dos jovens é consequência do seu desinteresse pela “política em geral”. Rafaela acrescenta que “eles [jovens] têm completo desinteresse e não querem de todo saber das autárquicas.” Por outro lado, Raimundo sugere que esse desinteresse é também atribuído à falta de informação sobre as próprias eleições.

“Acho que o problema é que os jovens não têm tanto interesse porque também é culpa da comunicação social, das televisões que falam menos sobre essas eleições, a meu ver. As pessoas agora só ficam ligadas à internet, veem tudo através da internet e da televisão. Nunca vão saber quais são os partidos, as ideias, e como há menos informação, não sabem e também não votam”.

Os participantes consideram que existe uma grande diferença de informação entre as eleições legislativas e as eleições autárquicas. Telmo refere que as primeiras têm “mais preponderância no panorama nacional” e contam com muitos mais meios de informação, o que contribui para uma maior visibilidade e discussão pública. Isso faz com que os cidadãos se sintam mais envolvidos nas questões nacionais, enquanto as eleições autárquicas, por sua vez, parecem receber menos atenção e cobertura mediática.

Uma ideia relacionada a esta questão é a sensação que muitos jovens têm, como menciona Maria, de que “o seu voto não faz diferença no resultado. Como não faz diferença, acham que não vale a pena ir votar.” Essa percepção leva os jovens a desresponsabilizarem-se do seu dever cívico, como explica Nelson:

“(...) pensamos "ok, vamos deixar isso para os mais velhos". Mas nós somos aqueles que deveríamos estar mais interessados nesse tipo de assuntos, porque, quer dizer, nós é que somos o futuro do país. [...] Acabamos por deixar as coisas de lado e não querer saber muito da situação. Isto acaba por ser sempre um tema que vai descendo cada vez mais na lista, e é sempre aquela coisa de deixar para depois, de depois preocupar-me com isso como algo secundário”.

4.4.3. Visões ambíguas sobre o (des)interesse jovem

Por fim, muitos dos participantes adotaram uma posição ambígua quanto à participação dos jovens nas eleições autárquicas, sendo a resposta mais comum “depende

do jovem”. O participante Guilherme acredita que existem duas realidades distintas. Numa delas, há jovens que sempre demonstraram grande interesse pelos assuntos políticos, incentivados pelos pais ou “padrinhos políticos”, o que leva a uma elevada participação. Na outra, onde Guilherme se insere, uma aldeia com 16 habitantes, e na aldeia vizinha, com apenas 50, os jovens não mostram qualquer interesse pelos processos eleitorais.

Rui partilha da opinião de Guilherme e acrescenta que, na sua cidade de média dimensão no Norte, a proximidade entre eleitos e eleitores é determinante: “A nossa realidade aqui é: quanto mais próximos estiverem eleitos e eleitores, digamos assim, maior é a participação, quer dos jovens, quer dos não jovens”. Esta perspetiva contrasta com a realidade de Rafaela, que vive na Grande Lisboa, numa freguesia com cerca de 52.000 habitantes.

“Naquilo que nós conhecemos, as pessoas que se candidatam conhecem-se umas às outras, mas a maioria nem sequer deve saber quem são os candidatos. E acho que isso também contribui para a falta de interesse em votar”.

4.5. Propostas eleitorais para o aumento da participação jovem

Para enfrentar o desafio da baixa participação jovem nas eleições autárquicas, devemos explorar estratégias que possam atrair de forma mais eficaz esta faixa etária. Os participantes foram questionados sobre quais iniciativas implementariam se fossem eleitos presidentes da Câmara Municipal nas eleições autárquicas de 2025. As respostas obtidas oferecem um panorama de como poderia ser estimulada uma maior envolvimento dos jovens na política local. As respostas mais comuns destacam três áreas principais de intervenção: maior envolvimento das escolas, maior proximidade às funções do poder local e o uso das redes sociais como principal meio de contacto direto com os jovens.

4.5.1. Influência da escola como agente informativo e educativo

A ideia de que as instituições de ensino podem desempenhar um papel significativo na educação política e na formação de eleitores mais ativos foi realçada pelos

participantes, sublinhando a importância de iniciar esse processo o mais cedo possível. Conforme se verificou anteriormente, muitos dos participantes só demonstraram interesse político muito tarde, após a conclusão do ensino secundário. Para colmatar essa lacuna, vários participantes sugeriram que a ciência política fosse introduzida como disciplina no currículo escolar desde muito cedo, como propõe Rosa:

"Eu até punha a política como matéria nas escolas, para as crianças aprenderem, a partir do quinto ano, aquilo que é a política verdadeiramente e o que deve ser. É para, quando chegarem aos 18 anos, com idade de votar, já saberem alguma coisa".

Segundo a mesma, esta introdução antecipada permitiria às crianças desenvolverem uma compreensão mais sólida e crítica sobre o funcionamento das instituições políticas e a importância da participação cívica.

Rafaela, por outro lado, acredita que esta disciplina deveria ser apenas integrada no ensino secundário, substituindo outras disciplinas, para facilitar a compreensão do que é a política: "No secundário, já se tem maturidade para entender questões mais complexas e discutir diferentes perspetivas políticas".

Independentemente da abordagem, todos concordam que uma formação política adequada pode contribuir para a criação de uma geração mais informada e participativa, capaz de tomar decisões conscientes e de se envolver ativamente nos processos democráticos.

4.5.2. Proximidade às funções dos órgãos autárquicos

Outra ideia, ligada à educação política, é a promoção de uma maior proximidade dos jovens com as funções do poder local, através de iniciativas como o programa «Jovem Autarca». Tal como explica Rui, este projeto permite que os estudantes compreendam, de forma prática, como funciona a gestão de um município e qual o papel dos órgãos autárquicos.

"(...) é escolhido em votação um jovem nas escolas do município para ser quase um presidente de câmara. É-lhe atribuído um orçamento e, além disso, com a sua equipa de trabalho, não sei muito bem como é que funciona, mas tem um

orçamento para gerir e para fazer alguma coisa para o município. Esse jovem é eleito também pelos alunos das escolas básicas e é o mini presidente, mini Presidente da Câmara”.

Ao envolver diretamente os jovens na gestão de recursos municipais, este programa incentiva o desenvolvimento do seu sentido de responsabilidade e cidadania ativa, além de funcionar como um primeiro contacto com instrumentos participativos, como os orçamentos participativos.

Além disso, projetos como o «Jovem Autarca» promovem uma ligação mais próxima e transparente entre a juventude e as estruturas de poder local. A maior interação das escolas com os municípios permite que os jovens entendam como funcionam as diferentes esferas do poder local, um conhecimento muitas vezes ausente. Os municípios poderiam, por exemplo, explicar noções básicas sobre o funcionamento das instituições, como exemplifica Rui: “O que é que é um partido? O que é que faz? O que é que a câmara faz? O que é a Assembleia Municipal? Porque é que para o município votamos na câmara e na assembleia? (...)”. Compreender essas questões desde cedo ajuda a desmistificar a política e a torná-la mais acessível.

No mesmo sentido, João sugere a criação de um “parlamento de jovens a nível local”, onde os jovens teriam a oportunidade de debater e propor leis. Esta iniciativa poderia ser uma plataforma para os jovens expressarem as suas preocupações e ideias e para se sentirem parte do processo de decisão política. Tal como nos orçamentos participativos, os jovens poderiam também ter um papel ativo na definição de prioridades locais e na alocação de recursos, fomentando o seu sentido de pertença e de compromisso com a comunidade.

Guilherme concorda com a necessidade de implementar estes “mecanismos de auscultação jovem”, mas destaca que o atual Conselho Municipal da Juventude enfrenta limitações devido ao forte associativismo que predomina neste tipo de estrutura. O próprio também aponta que, mesmo quando os jovens expressam as suas opiniões, raramente se veem resultados concretos: “É preciso responsabilizar os jovens, exigir uma resposta e garantir que há uma consequência prática, tangível (...)”.

Desta forma, é essencial que as iniciativas que envolvem a participação dos jovens sejam acompanhadas de um compromisso real por parte das entidades competentes para que as suas opiniões sejam consideradas e implementadas. Instrumentos como

orçamentos participativos e consultas públicas são fundamentais para valorizar as sugestões dos jovens e demonstrar que as suas opiniões têm um impacto concreto na gestão local.

Se os jovens percebem que as suas ideias não têm impacto, isso pode originar desmotivação e reforçar a sensação de que a participação política não é relevante. Assim, criar espaços de debate e ação política para os jovens, como o “Jovem Autarca” ou o “Parlamento de Jovens”, pode ser um passo importante para criar uma cultura de cidadania ativa e responsabilidade cívica desde cedo, reforçada pela inclusão de instrumentos como orçamentos participativos e consultas públicas que ampliem a sua voz na gestão local.

4.5.3. Aposta nas redes sociais

Por último, uma das medidas sugeridas pelos participantes para aumentar a participação dos jovens nas eleições autárquicas foi o maior aproveitamento das redes sociais como meio de contacto e comunicação. Reconhecendo que os jovens são os maiores consumidores deste tipo de plataformas, Tomé sublinha a importância de utilizar esses canais de comunicação: “onde o jovem está sempre presente”. Assim, as redes sociais poderiam ser uma fonte de partilha de informação para políticos e partidos, permitindo que estes se aproximem do público mais jovem.

Para muitos jovens, as redes sociais são o principal meio de acesso à informação. Gabriel reforça essa ideia ao afirmar: “Acredito que através das redes sociais seria uma excelente forma de chegar aos jovens e ajudá-los a se informar e a compreender melhor como funcionam as eleições, tanto as autárquicas quanto as legislativas”. Neste sentido, uma comunicação adaptada e estrategicamente direcionada nas redes sociais poderia ajudar a simplificar os processos eleitorais e a esclarecer o papel das instituições, facilitando o envolvimento e a participação dos jovens.

Uma das redes sociais mencionadas como especialmente relevante foi o TikTok, que se destaca pela sua popularidade entre o público jovem. Leonardo aponta que a

Câmara Municipal ou a Junta de Freguesia poderiam utilizar esta plataforma para divulgar os problemas locais e as respetivas soluções de forma mais visual e acessível.

Rute acrescenta que as informações partilhadas devem ser apresentadas de uma forma particular: “coisas assim diretas, para ler e perceber logo”. A clareza e a objetividade na comunicação são essenciais para captar e manter a atenção dos jovens, que muitas vezes preferem conteúdos concisos e de fácil compreensão. A utilização de formatos como vídeos curtos, infográficos e publicações interativas pode ser uma forma eficaz de transmitir mensagens políticas.

Para além de promover a transparência e a informação, as redes sociais podem também servir como uma plataforma de interação direta entre os jovens e os representantes políticos. Deste modo, os políticos poderiam não só partilhar informações, mas também atender às preocupações dos jovens, criando um diálogo mais aberto.

Conclusão

Nesta investigação, o principal objetivo foi compreender a relação entre os jovens e a participação política a nível local, com especial ênfase nas eleições autárquicas portuguesas. Para atingir este objetivo, foram formuladas diversas questões que nos permitiram identificar não só a complexidade do comportamento político dos jovens, mas também a importância que estes atribuem à participação democrática. Além disso, surgiram questões que permanecem em aberto e que poderão ser exploradas em futuros estudos.

No início desta investigação, debateu-se se estamos, ou não, a enfrentar uma crise de participação política entre os jovens a nível local. A amostra utilizada, embora valiosa, apresenta algumas limitações, pois reflete apenas as perspetivas de um grupo reduzido de jovens, e, como tal, estas opiniões podem não representar adequadamente as visões da totalidade dos jovens portugueses entre os 18 e os 30 anos. Contudo, a escolha desta amostra permitiu uma exploração mais profunda e detalhada das opiniões individuais dos participantes, oferecendo uma base rica de dados qualitativos que pode servir para lançar hipóteses relevantes.

Deste modo, os resultados deste estudo constituem um ponto de partida para investigações futuras de maior amplitude, nas quais estas hipóteses — como a influência de fatores como o nível de interesse pela política local, o acesso à informação sobre candidatos e políticas autárquicas, ou as diferenças de participação entre jovens de áreas urbanas e rurais — poderão ser testadas em amostras mais representativas e diversificadas, permitindo uma validação mais robusta e generalizável das conclusões.

É importante reconhecer que a participação política dos jovens é marcada por uma certa ambiguidade: por um lado, reconhecem a importância da participação democrática e das eleições autárquicas; por outro, manifestam um considerável distanciamento em relação aos processos eleitorais. Esta dualidade caracteriza a relação dos jovens com a política. Portanto, seria benéfico que futuras investigações ampliassem a amostra, permitindo assim obter conclusões mais representativas da realidade.

As preocupações dos jovens em relação à política local estão centradas na falta de resposta das autarquias a questões concretas que impactam o seu dia a dia. A mobilidade urbana é uma preocupação comum, com muitos a criticarem a ineficiência do transporte

público. O acesso à habitação destaca-se igualmente, uma vez que os jovens sentem que as soluções disponíveis são inadequadas para enfrentar a crise habitacional. Além disso, a degradação da qualidade dos serviços públicos, especialmente nas áreas da saúde e educação, cria descontentamento e alimenta a desconfiança nas instituições locais.

Esta insatisfação em relação ao desempenho das autarquias não é apenas um reflexo das preocupações do quotidiano; a mesma tem impacto na participação política dos jovens. Quando os jovens percebem que as suas preocupações não são tratadas de forma eficaz pelos órgãos locais, isso resulta numa avaliação negativa do desempenho das autarquias, levando a um distanciamento da política e a uma apatia em relação à participação democrática. Assim como a desilusão com a política nacional pode desencorajar a participação nas eleições legislativas, a falta de respostas adequadas a nível local tem o mesmo efeito sobre a participação nas eleições autárquicas.

Portanto, é fundamental reconhecer que a insatisfação com a gestão autárquica não só mina a confiança nas instituições, mas também pode ser um fator determinante na baixa participação política dos jovens. Para reverter essa tendência, é necessário que as autarquias abordem de forma proativa as preocupações da juventude, demonstrando que estão dispostas a ouvir e a responder às suas necessidades.

Relativamente às razões que justificam a (não)participação dos jovens, esta investigação identificou três fatores principais: desafeição, desconfiança e desinformação. A desafeição política reflete a falta de interesse dos jovens nos processos políticos tradicionais, em grande parte devido à sensação de que os seus interesses não são representados pelos políticos e partidos. A desconfiança, por sua vez, está ligada à perceção de que os representantes políticos locais são ineficazes ou corruptos, reforçando a ideia de que participar no processo eleitoral é inútil. Por fim, a desinformação desempenha também um papel significativo, uma vez que muitos jovens sentem que não recebem informação suficiente sobre o funcionamento das autarquias. Para abordar estas questões, seria pertinente investigar a eficácia de iniciativas de educação cívica direcionadas aos jovens, tal como o impacto dos meios de comunicação na disseminação de propaganda política, de modo a entender o papel destas ferramentas no interesse juvenil.

Por fim, para aumentar a participação política dos jovens a nível local, os *focus groups* levantaram várias soluções práticas. A primeira refere-se à educação cívica,

considerada fundamental para promover o entendimento dos jovens sobre o sistema político e a importância da participação ativa. Assim, reforçar o ensino de temas políticos nas escolas, começando desde cedo a formação sobre o funcionamento das instituições locais, poderá contribuir significativamente para a formação de cidadãos mais participativos.

Em segundo lugar, a necessidade de os políticos e partidos locais adaptarem as suas estratégias de comunicação é evidente. Dada a presença massiva dos jovens nas redes sociais, estas plataformas constituem um meio privilegiado para a divulgação de informações sobre a política local e para a promoção de um diálogo mais acessível e interativo. A forma como as mensagens políticas são comunicadas poderá ter um impacto considerável na perceção dos jovens sobre a política, o que sugere a relevância de estudos que analisem as estratégias de comunicação formalizadas para este público. Além disso, esta abordagem digital pode ajudar a combater a desinformação e a fortalecer a ligação dos jovens com os processos democráticos.

Por último, a criação de mecanismos de participação ativa, como orçamentos participativos e consultas públicas, poderá facilitar o envolvimento dos jovens nas decisões políticas locais. Este tipo de participação não só poderá aumentar o seu sentido de pertença, como também a sua perceção de eficácia dentro do sistema político. Oferecer oportunidades para que os jovens participem em fóruns de discussão ou iniciativas comunitárias poderá, igualmente, fomentar uma ligação mais robusta com as autarquias e com os temas que afetam diretamente as suas vidas.

Em tom de conclusão, embora seja evidente que existem desafios significativos no que diz respeito à participação política dos jovens a nível local, também se revela um vasto potencial para reverter esta tendência. Ao adaptar a educação, a comunicação e os mecanismos de participação às realidades e interesses dos jovens, é possível criar um ambiente político mais inclusivo, onde as vozes dos jovens são ouvidas e valorizadas.

No entanto, é importante reconhecer que a participação jovem nas eleições autárquicas pode diferir substancialmente da participação a nível nacional. Enquanto a participação a nível nacional é frequentemente marcada por fatores como a polarização política e as campanhas eleitorais a grande escala, a dinâmica local pode ser mais influenciada por questões específicas da comunidade, como a acessibilidade a

informações e a percepção de que as decisões políticas afetam diretamente a vida cotidiana dos jovens.

Futuras investigações devem priorizar a identificação e análise das lacunas na participação política dos jovens. É essencial explorar como fatores como a educação cívica, a comunicação digital e a mobilização nas redes sociais podem ser utilizados para fomentar um maior envolvimento cívico. Além disso, investigar as barreiras que os jovens enfrentam a nível local, em contraste com o que se observa a nível nacional, permitirá o desenvolvimento de estratégias mais eficazes.

Por fim, ao criarmos um ambiente mais acolhedor e estimulante para a participação política dos jovens, não apenas aumentaremos os níveis de participação, mas também garantiremos que as suas vozes sejam parte integrante do processo democrático, contribuindo, assim, para um futuro mais representativo. Essa abordagem é vital para fortalecer a democracia e assegurar que as preocupações dos jovens sejam adequadamente representadas nas decisões políticas.

Referências

- Abu-El-Haj, J. 2014. 'Robert Dahl (1915-2014): poder político, liberalização e contestação nas democracias'. *Revista Brasileira de Ciência Política*: 7-17. <https://doi.org/10.1590/s0103-33522014000100001>.
- Albacete, Gema. 2014. 'Young people's political participation in Western Europe: Continuity or generational change?'. *Springer*. <https://doi.org/10.1057/9781137341310>.
- Almeida, Maria. 2015. 'Longevidade nas autarquias e responsabilização dos autarcas: questões pendentes no poder local em Portugal'. *Mátria XXI*. 4: 119-138.
- Almeida, Maria. 2022. 'Innovations in the portuguese local government: contributions for local democracy'. *Sociologia, Problemas e Práticas* (98): 137-158. <https://doi.org/10.7458/SPP20229819846>.
- Augusto, Nuno. 2008. 'A juventude e a(s) política(s): desinstitucionalização e individualização'. *Revista Crítica de Ciências Sociais* 81: 155-177. <https://doi.org/10.4000/rccs.658>.
- Barbour, R. S. 2007. *Doing Focus Groups*. London: Sage Publications.
- Baybeck, Brady. 2014. 'Local political participation'. *The Oxford Handbook of State and Local Government*: 95-109.
- Biezen, Igrid Van, Peter Mair, e Thomas Poguntke. 2012. 'Going, going,... gone? The decline of party membership in contemporary Europe'. *European Journal of Political Research* 51 (1): 24-56. <https://doi.org/10.1111/j.1475-6765.2011.01995.x>
- Blais, André. 2010. "Political Participation." Em *Comparing Democracies 3*, editado por Lawrence LeDuc, Richard Niemi, e Pippa Norris. Oxford: Oxford University Press. <https://doi.org/10.4135/9781446288740.n8>.
- Boulianne, Shelley, e Yannis Theocharis. 2020. "Young People, Digital Media, and Engagement: A Meta-Analysis of Research." *Social Science Computer Review* 38 (2) 111–127. <https://doi.org/10.1177/xxxx>.

- Boulianne, Shelley. 2020. "Twenty Years of Digital Media Effects on Civic and Political Participation." *Communication Research* 47 (7): 947–966. <https://doi.org/10.1177/xxxx>.
- Boulianne, Shelley. 2020. Twenty years of digital media effects on civic and political participation. *Communication Research* 47 (7): 947–966. <https://doi.org/10.1177/009365021880818>.
- Cammaerts, Bart, Michael Bruter, Shankutala Banaji, Sarah Harrison e Nick Anstead. 2014. "The Myth of Youth Apathy Young Europeans' Critical Attitudes Toward Democratic Life". *American Behavioral Scientist* 58: 645–664. <https://doi.org/10.1177/0002764213515992>.
- Campos, Ricardo, e Alix D. Sarrouy. 2020. 'Juventude, criatividade e agência política'. *Revista Tomo* (37): 17–46. <https://doi.org/10.21669/tomo.vi37.13371>.
- Cancela, João, e Marta Vicente. 2019. 'Abstenção e participação eleitoral em Portugal: diagnóstico e hipóteses de reforma'. *Câmara Municipal de Cascais*. <http://hdl.handle.net/10400.14/43424>.
- Cancela, João, e Pedro Magalhães. 2024. 'As bases sociais do novo sistema partidário'. *Sondagens ICS / ISCTE*. <https://sondagens-ics-ul.iscte-iul.pt/2024/03/15/as-bases-sociais-do-novo-sistema-partidario/>.
- Cohen, Joshua. 1986. 'Review: Reflections on Rousseau: Autonomy and Democracy'. *Philosophy & Public Affairs* 15 (3): 275–297.
- Costa, Edna, e Patrícia Silva. 2020. 'A participação política da juventude em Portugal: As juventudes partidárias e os movimentos associativos'. *Fundação Calouste Gulbenkian*.
- Costa, Patrício. 2020. 'Portugal em 2020'. *Fundação Calouste Gulbenkian*.
- Cross, William, e Lisa Young. 2008. 'Factors Influencing the Decision of the Young Politically Engaged to Join a Political Party'. *Party Politics* 14 (3): 345–369. <https://doi.org/10.1177/1354068807088126>.
- Cruz, Manuel Braga da. 1990. 'A participação política da juventude em Portugal — as elites políticas juvenis'. *Análise Social: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa* 25 (106): 223–249.

- Cruz, Manuel Braga da. 1995. 'Instituições Políticas e Processos Sociais'. *Bertrand*.
- Cyr, Jennifer. 2016. 'The pitfalls and promise of focus groups as a data collection method'. *Sociological methods & research* 45 (2): 231-259. <https://doi.org/10.1177/0049124115570065>.
- Cyr, Jennifer. 2017. 'The unique utility of focus groups for mixed-methods research'. *Political Science & Politics* 50 (4): 1038-1042. <https://doi.org/10.1017/S104909651700124X>.
- Dalton, Russell J. 2013. *The apartisan American: dealignment and changing electoral politics*. Washington, DC: Sage.
- Dalton, Russell J. 2008. "Citizenship Norms and the Expansion of Political Participation." *Political Studies*. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9248.2007.00718.x>.
- Deželan, Tomaz. 2015. 'Young people and democratic life in Europe: what next after the 2014 European elections?'. *European Youth Forum, Brussels*.
- Deželan, Tomaz. 2023. 'Young people's participation in European democratic processes'. *European Parliament's Committee on Civil Liberties, Justice and Home Affairs*.
- Economist Intelligence Unit. (2023). *Democracy Index 2023: Age of conflict*. *The Economist*. <https://www.eiu.com>.
- El País. 2023. Elecciones Municipales. <https://elpais.com/espana/elecciones/municipales/>.
- Espírito, Paula do Espírito. 2007. 'As eleições autárquicas e regionais em Portugal'. *Revista de Assuntos Eleitorais* 11: 7-24.
- ESS Round 2: European Social Survey Round 2 Data. 2004. *Norwegian Social Science Data Services*.
- ESS Round 3: European Social Survey Round 3 Data. 2006. *Norwegian Social Science Data Services*.
- ESS Round 4: European Social Survey Round 4 Data. 2008. *Norwegian Social Science Data Services*.

- ESS Round 5: European Social Survey Round 5 Data. 2010. *Norwegian Social Science Data Services*.
- European Social Survey [ESS]. 2002. Round 1: European Social Survey Round 1 Data. *Norwegian Social Science Data Services*.
- European Values Study 2017: Integrated Dataset. 2020. *Cologne*.
- Farthing, Rys. 2010. 'The politics of youthful antipolitics: Representing the "issue" of youth participation in Politics'. *Journal of Youth Studies* 13 (2): 181-195. <https://doi.org/10.1080/13676260903233696>.
- Fasano, Luciano. 2023. 'Le elezioni regionali del 2023 in Lombardia: tra bassa partecipazione e nuovi equilibri nella coalizione di centrodestra'. *Le Istituzioni Del Federalismo* 44 (1): 179-211. <https://hdl.handle.net/2434/1033948>.
- Fernandes-Jesus, Maria, Carla Malafaia, Norberto Ribeiro, e Isabel Menezes. 2015. 'Participation among youth, women, and migrants: findings from Portugal'. In Barret, Martyn e Zani, Bruna, (orgs) *Political and civic engagement: Multidisciplinary perspectives* 311-333.
- Ferreira, Vítor Sérgio, Mariana Costa Lobo, Jussara Rowland, Edalina Rodrigues. (2017). 'Geração milénio?: um retrato social e político'. *Imprensa de Ciências Sociais* 5.
- Ferreira, Vitor, Lobo, Marina C., Rowland, Jussara., & Sanches, Edalina. 2017. Geração milénio?: Um retrato social e político. *Imprensa de Ciências Sociais*. ISBN: 978-972-671-484-2.
- Flash Eurobarometer European Parliament Youth Survey Report. 2020. *European Parliament Youth Survey*.
- Fontes, José, Nuno Terenas. 2014. 'Das eleições autárquicas e dos eleitos locais em Portugal: instituições e conceitos'. *Roteiros* 7 (1): 1-11.
- Franklin, Mark. 1996. 'Electoral participation'. *Comparing democracies: Elections and voting in global perspective* 216-235.
- Franklin, Mark. 2003. '«Os enigmas da participação eleitoral»'. *Análise Social: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa* 38 (167): 321–381.

- Freire, André, e Pedro Magalhães. 2002. 'A abstenção eleitoral em Portugal'. *Imprensa de Ciências Sociais*.
- Freire, André, Rodrigo Martins, e Manuel Meirinho. 2012. 'Electoral Rules, Political Competition, and Citizens' Participation in the Portuguese Local Elections, 1979-2009'. *The Portuguese Journal of Social Science* 11 (2): 189-208. https://doi.org/10.1386/pjss.11.2.189_1.
- Freire, André. 2000. 'Participação e abstenção nas eleições legislativas Portuguesas, 1975-1995'. *Análise Social* 35 (154-155): 115-145.
- Freire, André. 2004. '«Second-Order Elections and Electoral Cycles in Democratic Portugal»'. *South European Society and Politics* 9 (3): 54-79. <https://doi.org/10.1080/1360874042000271861>.
- Gallego, Aina. 2015. *Unequal Political Participation Worldwide*. New York: Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9781139151726>.
- Gay, John. 2003. 'Development as Freedom: a virtuous circle?'. *Institute for Democracy in South Africa (IDASA)* 29.
- Giugni, Marco, e Maria Grasso. 2022. *The Oxford Handbook of Political Participation*. Oxford: Oxford University Press. ISBN: 9780198861126.
- Grant, Ursula, e Nick Devas. 2002. 'Local Government Decision Making: Citizen Participation and Local Government Accountability'. *International Development Department*. <https://doi.org/10.1002/pad.281>.
- Green, Donald P., e Alan S. Gerber. 2019. 'Get out the vote: How to increase voter turnout'. *Brookings Institution Press*.
- Hajnal, Zoltan L., e Paul G. Lewis. 2003. 'Municipal Institutions and Voter Turnout in Local Elections'. *Urban Affairs Review* 38 (5): 645-668. <https://doi.org/10.1177/107808740303800500>.
- Hansen, Susan Blackall. 1975. 'Participation, political structure, and concurrence'. *American Political Science Review* 69 (4): 1181-1199. <https://doi.org/10.2307/1955280>.

- Harris, Anita, Johanna Wyn, e Salem Younes. 2010. 'Beyond apathetic or activist youth: 'Ordinary' young people and contemporary forms of participation'. *Young* 18 (1): 9–32. <https://doi.org/10.1177/110330880901800103>.
- Held, David. 2007. 'Modelos de democracia'. *ALIANZA*. ISBN 9788420647760.
- Henn, Matt, Mark Weinstein, e Dominic Wring. 2002. 'A generation apart? Youth and political participation in Britain'. *British Journal of Politics and International Relations* 4 (2): 167–192. <https://doi.org/10.1111/1467-856X.t01-1-00001>.
- Henn, Matt, Mark Weinstein, e Sarah Forrest. 2005. 'Uninterested youth? Young people's attitudes towards party politics in Britain'. *Political studies* 53 (3): 556-578. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9248.2005.00544.x>.
- Hennink, M. M., Hutter, I., & Bailey, A. 2017. *Qualitative Research Methods*. London: Sage Publications.
- Hooghe, Marc, Dietlind Stolle, e Patrick Stouthuysen. 2004. 'Head Start in Politics: The Recruitment Function of Youth Organizations of Political Parties in Belgium'. *Party Politics* 10 (2): 193–212. <https://doi.org/10.1177/1354068804040503>.
- Hooghe, Marc, e Dietlind Stolle. 2003. 'Age matters: life-cycle and cohort differences in the socialisation effect of voluntary participation'. *European Political Science* 2 (3): 49–56. <https://doi.org/10.1057/eps.2003.19>.
- Hooghe, Marc, e Ruth Dassonneville. 2013. 'Voters and candidates of the future: The intention of electoral participation among adolescents in 22 European Countries'. *Young* 21 (1): 1-28. <https://doi.org/10.1177/1103308812467664>.
- ICCS Data. 2009. 'International Association for the Evaluation of Educational Achievement'. *IEA Study Data Repository*
- Jacobs, Kristof, & Spierings, Niels. (2016). Social media, parties, and political inequalities. *Basingstoke: Palgrave Macmillan* 45-76. <https://doi.org/10.1057/9781137533906>.
- Kang, Thomas H. 2011. 'Justiça e desenvolvimento no pensamento de Amartya Sen'. *Brazilian Journal of Political Economy* 31 (3) 352-369. <https://doi.org/10.1590/S0101-31572011000300002>.

- Karadaş, Atıl B. 2022. 'An Essay on Political Participation of Citizens, Legislation, and Government in Rousseau's the Social Contract and Considerations on the Government of Poland'. *Türkiye İnsan Hakları ve Eşitlik Kurumu Akademik Dergisi* 5 (9): 157-172.
- Kirk, David. 2005. 'Physical education, youth sport and lifelong participation: the importance of early learning experiences'. *European Physical Education Review* 11 (3): 239-255. <https://doi.org/10.1177/1356336X05056649>.
- Kitanova, Magdelina. 2020. 'Youth political participation in the EU: evidence from a cross-national analysis'. *Journal of Youth Studies* 23 (7): 819-836. <https://doi.org/10.1080/13676261.2019.1636951>.
- Krouse, Richard W. 1982. 'Polyarchy & participation: The changing democratic theory of Robert Dahl'. *Polity* 14 (3): 441-463. <http://dx.doi.org/10.2307/3234535>.
- Krueger, R. A. 1994. Focus Groups: A Practical Guide for Applied Research. *Thousand Oaks, CA: Sage Publications*.
- Lei n.º 1/2001 de 14 de agosto. (2001). Cria os grupos de cidadãos eleitores. Diário da República, 1.ª série, n.º 189, 14 de agosto de 2001.
- Lei nº 46/2005 de 29 de agosto. (2005). Estabelece o regime jurídico das eleições para os órgãos das autarquias locais. Diário da República, 1.ª série, n.º 168, 29 de agosto de 2005.
- Lei Orgânica n.º 3/2006, de 21 de agosto. (2006). Estabelece a paridade na apresentação de candidaturas às eleições para os órgãos das autarquias locais. Diário da República, 1.ª série, n.º 161, 21 de agosto de 2006.
- Lilleker, Darren G., & Koc-Michalska, Karolina. 2017. Social Media, Parties, and Political Inequalities. *Cham: Palgrave Macmillan*.
- Lowndes, Vivien, Lawrence Pratchett, e Gerry Stoker. 2006. 'Local political participation: The impact of rules-in-use'. *Public Administration* 84 (3): 539-561. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9299.2006.00601.x>.
- Magalhães, Pedro C. 2001. 'Desigualdade, desinteresse e desconfiança: a abstenção nas eleições legislativas de 1999'. *Análise Social* 35 (157):1079-1093.

- Magalhães, Pedro C., Jesus Sanz Moral. 2008. 'Os Jovens e a Política'. *Centro de Sondagens e Estudos de Opinião da Universidade Católica Portuguesa*.
- Magalhães, Pedro. 2022. 'A Participação Política da Juventude em Portugal: Um retrato comparativo e longitudinal, 2002-2019'. *Fundação Calouste Gulbenkian*.
- Malafaia, C., Neves, T. E Menezes, I. (2021), The gap between youth and politics: Youngsters outside the regular school system assessing the conditions for be(com)ing political subjects. Young. <https://doi.org/10.1177/1103308820987996>.
- Marques, Maria. 2018. 'Criará a democracia deliberativa cidadãos mais satisfeitos'. [Tese de Mestrado, Universidade de Aveiro].
- Martins, Manuel Meirinho. 2008. '*Representação Política: Eleições e Sistemas Eleitorais*'. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. ISBN: 9789896461027.
- McDonnell, Joshua. 2020. 'Municipality size, political efficacy and political participation: a systematic review'. *Local Government Studies* 46 (3): 331-350. <https://doi.org/10.1080/03003930.2019.1600510>.
- Menezes, Isabel, Norberto Ribeiro, Maria Fernandes-Jesus, Carla Malafaia, e Pedro D. Ferreira. 2012. 'Agência e Participação Cívica e Política dos Jovens: Jovens e Imigrantes na Construção da Democracia'. *LivrPsic*.
- Milbrath, Lester W. 1965. 'Political Participation: How and Why Do People Get Involved in Politics?' *Chicago: Rand McNally*. <https://doi.org/10.1017/S0003055400132125>.
- Mill, John Stuart. 1859. 'On Liberty'. 13
- Ministério da Administração Interna. 2021. Eleições Autárquicas 2021, 26 de Setembro. <https://www.eleicoes.mai.gov.pt/autarquicas2021/resultados/territorio-nacional>.
- Ministero dell'Interno. 2024. Eligendo. <https://elezionistorico.interno.gov.it/index.php?tpel=R&scelta=Ente&testo=lombardia>.

- Morgan, David L. 1996. 'Focus groups'. *Annual review of sociology* 22 (1): 129-152.
<https://doi.org/10.1146/annurev.soc.22.1.129>.
- Mossberger, Karen, Caroline J. Tolbert, e Ramona S. McNeal. 2007. *Digital Citizenship: The Internet, Society, and Participation*. Boston: The MIT Press.
<https://doi.org/10.7551/mitpress/7428.001.0001>.
- Mycock, Andrew, e Jon Tonge. 2012. 'The party politics of youth citizenship and democratic engagement'. *Parliamentary Affairs* 65 (1): 138-161.
<https://doi.org/10.1093/pa/gsr053>.
- Nilsson, Astrid Noren, Elizabeth Morrow, e Riley Quinn. 2017. 'An Analysis of Robert A. Dahl's Democracy and its Critics'. *Macat Library*.
<https://doi.org/10.4324/9781912282104>.
- Norris, Pippa. 1991. 'Gender differences in political participation in Britain: traditional, radical and revisionist models'. *Government and Opposition* 26 (1): 56-74.
<https://doi.org/10.1111/j.1477-7053.1991.tb01124.x>.
- Norris, Pippa. 2003. 'Preaching to the converted? Pluralism, participation and party websites'. *Party Politics* 9 (1): 21-45. <https://doi.org/10.1177/135406880391003>.
- Oliveira, António Cândido. 2021. 'A democracia local em Portugal'. *Fundação Francisco Manuel dos Santos*.
- Pais, José Machado. 1990. 'A Construção Sociológica da Juventude - Alguns contributos'. *Análise Social* 3 (25): 139-165.
- Peixinho, Ana Teresa, e Carlos Camponez. 2010. 'Reflexões sobre a Liberdade: 150 anos da obra de John Stuart Mill'. *Imprensa da Universidade de Coimbra*.
https://doi.org/10.14195/978-989-26-0204-2_1.
- Pickard, Sarah. 2017. 'Politically engaged leisure: the political participation of young people in contemporary Britain beyond the serious leisure model'. *New Perspectives on the Anglophone World* (5). <https://doi.org/10.4000/angles.1252>.
- Pickard, Sarah. 2019. Politics, protest and young people: Political participation and dissent in 21st century Britain. *London: Palgrave Macmillan UK*.
<https://doi.org/10.1057/978-1-137-57788-7>.

- Quintelier, Ellen, e Marc Hooghe. 2011. 'Television and Political Participation Among Adolescents: The Impact of Television Viewing, Entertainment, and Information preferences. *Mass Commun* (14): 620–642. <https://doi.org/10.1080/15205436.2010.530383>.
- Quintelier, Ellen. 2007. 'Differences in Political Participation between Young and Old People'. *Contemporary Politics* 13 (2): 165-180. <https://doi.org/10.1080/13569770701562658>.
- Reif, Karlheinz, Hermann Schmitt, e Pippa Norris. 1997. 'Second-order elections'. *European Journal of Political Research* 31 (1-2): 109-124. <https://doi.org/10.1111/j.1475-6765.1997.tb00768.x>.
- Ribeiro, Ana Bela, e Isabel Menezes. 2013.' Participação cívica e política dos jovens europeus: Alienação ou tempos de mudança?. O não-formal e o informal em educação: centralidades e periferias'. *Colóquio Internacional de Ciências Sociais da Educação*. <https://hdl.handle.net/10216/126581>.
- Ribeiro, Norberto, Tiago Neves, e Isabel Menezes. 2016. 'Participação cívica e política de jovens imigrantes e portugueses. *Análise Social* 51 (221): 822-849. <https://doi.org/10.31447/AS00032573.2016221.03>.
- Rousseau, Jean-Jacques. 2023. 'Do contrato social ou princípios do direito político'. *Almedina*. ISBN 9789724426730.
- Sajuria, Javier, Jennifer vanHeerde-Hudson, David Hudson, Niheer Dasandi, e Yannis Theocharis. 2014. "Tweeting Alone? An Analysis of Bridging and Bonding Social Capital in Online Networks." *American Politics Research*. <https://doi.org/10.1177/1532673X14557942>.
- Saud, Muhammad, Rachmah Ida, e Musta'in Mashud. 2020. 'Democratic practices and youth in political participation: a doctoral study'. *International Journal of Adolescence and Youth* 25 (1): 800-808. <https://doi.org/10.1080/02673843.2020.1746676>.
- Siaroff, Alan. 2009. 'The Decline of Political Participation: An empirical overview of voter turnout and party membership'. *Activating the citizen* 41-59. https://doi.org/10.1057/9780230240902_3.

- Silva, Maria L. 2023. O poder do Marketing Político nas eleições: a arte de moldar mentes. *The Trends Hub* (3). <https://orcid.org/0009-0009-7476-9780>.
- Silva, Marta, Maria Fernandes-Jesus, Manuel Loff, Gil Nata, e Isabel Menezes. 2022. ‘A participação dos jovens vista por dentro’. *Fundação Calouste Gulbenkian*.
- Sloam, James. 2012. ‘Introduction: Youth, Citizenship and Politics’. *Parliamentary Affairs* 65 (1): 4-12. <https://doi.org/10.1093/pa/gsr048>.
- Sloam, James. 2016. ‘Diversity and voice: The political participation of young people in the European Union’. *The British Journal of Politics and International Relations* 18 (3): 521-537. <https://doi.org/10.1177/1369148116647176>.
- Sousa, Luís de., e Jayane Maia. 2017. ‘Participação eleitoral e candidaturas independentes nas eleições autárquicas’. *Portugal Social em Mudança-Retratos municipais* 9-19. <http://hdl.handle.net/10451/29173>.
- Stewart, D. W., & Shamdasani, P. N. 2015. Focus Groups: Theory and Practice. *Thousand Oaks, CA: Sage Publications*.
- Teorell, Jan, Mariano Torcal, e José Ramón Montero. 2007. ‘Political Participation: Mapping the Terrain.’ Em *Citizenship and Involvement in European Democracies*, editado por J. R. van Deth, M. Torcal, e A. Westholm, 334–357. ISBN: 9780203965757.
- Teorell, Jan. 2006. “Political Participation and Three Theories of Democracy: A Research Inventory and Agenda.” *European Journal of Political Research* 45: 787–810. <https://doi.org/10.1111/j.1475-6765.2006.00636.x>.
- Theocharis, Yannis, e Jan W. van Deth. 2016. “The Continuous Expansion of Citizen Participation: A New Taxonomy.” *European Political Science Review* 001/001: 1–24. <https://doi.org/10.1017/S1755773916000230>.
- Theocharis, Yannis, Shelley Boulianne, Karolina Koc-Michalska, e Bruce Bimber. 2023. “Platform Affordances and Political Participation: How Social Media Reshape Political Engagement.” 46 (4) 788–811. <https://doi.org/10.1080/01402382.2022.2087410>.

- Timmerman, Greetje. 2009. 'Youth Policy and Participation an Analysis of Pedagogical Ideals in Municipal Youth Policy in the Netherlands'. *Children Youth Serv* 31 (5): 572–576. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2008.10.015>.
- Tindall, N. T., & Davies, P. 2016. The Role of Focus Groups in Researching Political Behaviour: An Analysis of their Utility and Relevance. *Qualitative Research* 16 (1) 48-64.
- Varela, Alexandre Manuel Rosa. 2009. 'Jovens e política: o papel da socialização na participação política'. [Tese de Mestrado, Instituto Universitário de Lisboa].
- Veiga, Linda Gonçalves, e Maria Manuel Pinho. 2007. 'O poder local e a Europa'.
- Verba, Sidney, e Norman H. Nie. 1987. 'Participation in America: Political democracy and social equality'. *University of Chicago Press*.
- Verba, Sidney. 1967. 'Democratic participation'. *American Academy of Political and Social Science* 373 (1): 53-78. <https://doi.org/10.1177/000271626737300103>.
- Viegas, José Manuel Leite, e Sérgio Faria. 2007. 'A abstenção eleitoral em Portugal: uma perspectiva comparada'. *Eleições e Cultura Política* 91 (3): 109.
- Vilalba, Hélio Garone. 2013. 'O contrato social de Jean-Jacques Rousseau: uma análise para além dos conceitos'. *Filogênese* 6 (2): 63-76.
- Weiss, Julia. 2020. 'What is Youth Political Participation? Literature Review on Youth Political Participation and Political Attitudes. *Frontiers in Political Science* 2. <https://doi.org/10.3389/fpos.2020.00001>.
- Willeck, Claire, e Tali Mendelberg. 2022. 'Education and Political Participation. *Annual Review of Political Science* 25 (1): 89-110. <https://doi.org/10.1146/annurev-polisci-051120-014235>.
- Wilson, Robert H. 2000. 'Understanding Local Governance: an international perspective'. *Revista de Administração de Empresas* 40 (2): 51-63. <https://doi.org/10.1590/S0034-75902000000200006>.
- Woelders, Susan, e Tineke Abma. 2016. 'Looking at participation through the lens of Habermas' theory: opportunities to bridge the gap between lifeworld and system?'. *Habermas and Social Research: Between Theory and Method* 122.

Lista de figuras

Figura 1. Taxas de participação nas eleições municipais espanholas, 1979-2023.	34
Figura 2. Taxas de participação nas eleições autárquicas portuguesas, 1976-2021.	35
Figura 3. Taxas de participação nas eleições regionais da Lombardia, 1970-2023.	35
Figura 4. Taxa de participação nas eleições legislativas portuguesas, 1975-2024.	39
Figura 5. Distribuição de participantes em função do género (%).	51
Figura 6. Distribuição de participantes em função da idade (frequência).	51
Figura 7. Distribuição de participantes em função das habilitações literárias.	52
Figura 8. Distribuição de participantes em função da situação profissional.	52
Figura 9. Saliência das questões que exigem respostas urgentes para os jovens.	55

Lista de tabelas

Tabela 1. Índice de Democracia.	37
Tabela 2. Índice de Democracia 2006-2023.	38
Tabela 3. Número de participantes por cada focus group e duração dos grupos.	50
Tabela 4. Distribuição de participantes em função da idade, situação profissional, área de formação e origem geográfica.	53
Tabela 5. Síntese dos problemas locais identificados pelos participantes.	56
Tabela 6. Síntese dos obstáculos à participação identificados pelos participantes.	64
Tabela 7. Composição do grupo 1 de participantes.	91
Tabela 8. Composição do grupo 2 de participantes.	91
Tabela 9. Composição do grupo 3 de participantes.	92

Anexo I - Guião utilizado nos *focus group*

0. Apresentação

1. Reflexões gerais sobre participação e política

1.1. De um modo geral, como caracterizam a vossa relação com a política?

1.2. Como descrevem o estado atual da política em Portugal?

1.2.1. Confiam nos políticos e nas instituições políticas em Portugal? Açam que há transparência e integridade?

1.3. Para vocês, quais são as questões que exigem respostas urgentes no nosso país?

2. Experiências de participação

2.1. Recordam-se da vossa primeira experiência em eleições locais? Se não se lembrarem, talvez possam descrever a última experiência, partilhando alguns pormenores? (qual o contexto, com quem, assuntos, acessibilidade do ato eleitoral...).

3. O papel das autarquias locais face à participação do/as jovens

3.1. Sentem que as decisões políticas das autarquias têm impacto no vosso quotidiano? Podem dar alguns exemplos de quais são os problemas a nível local que mais vos preocupam?

3.2. Como descrevem o desempenho das autarquias locais nas vossas comunidades? Positivo ou aquém das expectativas?

3.4. De um modo geral, a perceção é de que o/as jovens não se interessam pelas eleições locais. Qual é a vossa opinião?

3.4.1. E quais são as barreiras que impedem o/as jovens de participar?

4. Conclusão

4.1. O ano é 2025 e foram eleitos Presidente da Câmara Municipal, quais as medidas que adotariam para aumentar a participação dos jovens?

FOCUS GROUP ONLINE

PARTICIPAÇÃO **JOVEM** NAS
ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS
PORTUGUESAS

SE TENS ENTRE **18 E 30**
ANOS PARTICIPA!

FORMULÁRIO



SORTEIO 3 VALES
15€ FNAC



Anexo III - Descrição detalhada da constituição dos grupos

Tabela 7. Composição do grupo 1 de participantes.

Nome	Género	Idade	Habilitações Literárias	Situação Profissional	Área de Estudo
Guilherme	Masculino	22	Licenciatura	Estudante	Ciência Política
João	Masculino	25	Mestrado	Estudante	História
Rafaela	Feminino	23	Licenciatura	Trabalhador p/ conta de outrem	Direito
Rui	Masculino	26	Mestrado	Trabalhador p/ conta de outrem	Administração Pública
Tomé	Masculino	24	Mestrado	Estudante	Ciência Política

Tabela 8. Composição do grupo 2 de participantes.

Nome	Género	Idade	Habilitações Literárias	Situação Profissional	Área de Estudo
Leonardo	Masculino	22	Licenciatura	Trabalhador p/ conta de outrem	Marketing
Nelson	Masculino	22	Licenciatura	Trabalhador p/ conta de outrem	Estudos Africanos
Rosa	Feminino	22	Licenciatura	Trabalhador p/ conta de outrem	Relações Públicas
Raimundo	Masculino	21	Licenciatura	Estudante	Contabilidade
Rute	Feminino	22	Licenciatura	Estudante	Fisioterapia

Tabela 9. Composição do grupo 3 de participantes.

Nome	Género	Idade	Habilitações Literárias	Situação Profissional	Área de Estudo
Gabriel	Masculino	18	Licenciatura	Estudante	Biotecnologia
Jéssica	Feminino	23	Pós-graduação	Trabalhador p/ conta de outrem	Comunicação
Maria	Feminino	23	Mestrado	Estudante	Ciência Política
Paulo	Masculino	23	Mestrado	Estudante	Ciência Política
Telmo	Masculino	24	Licenciatura	Trabalhador p/ conta de outrem	Relações Públicas